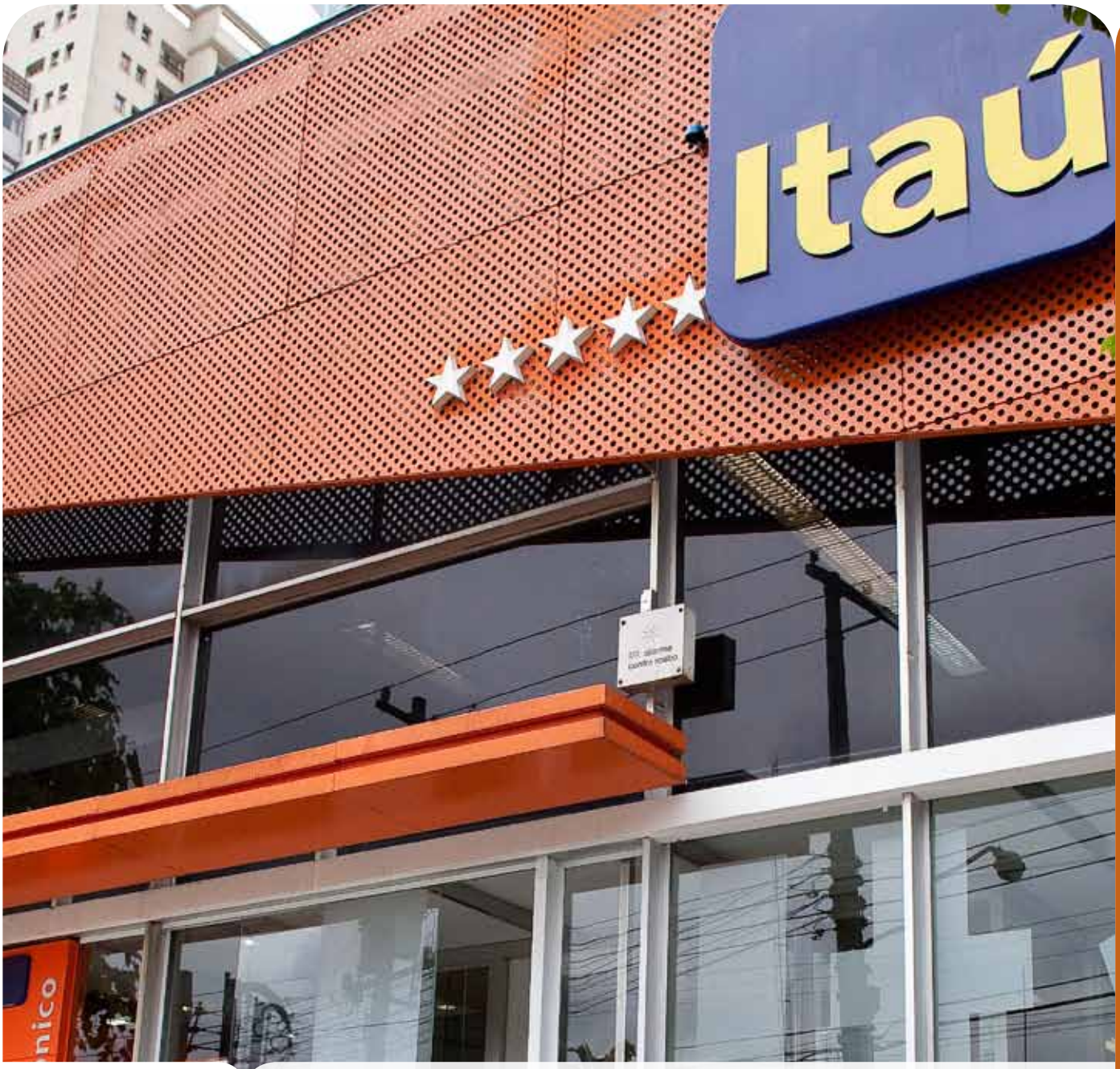


30 de Junho de 2011

Demonstrações Contábeis Completas em IFRS

Itaú

Itaú Unibanco Holding S.A.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas para propósito especial

Aos administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com a opção I da Carta-Circular nº 3.435 do Banco Central do Brasil – BACEN, utilizando as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Considerando a adoção de 1 de janeiro de 2010 como sendo a data do balanço de abertura para fins da elaboração das primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos do International Accounting Standards Board – IASB e sendo consideradas para propósito especial, por não atenderem a todos os requerimentos constantes do IFRS 1.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2011 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas para propósito especial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas pela administração da Instituição para cumprir os requisitos da Carta-Circular BACEN nº 3.435. Consequentemente, essas demonstrações contábeis consolidadas podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades	3	15.550	10.172
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	91.839	85.776
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	15.281	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	5	96.126	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	115.857	115.497
Dados em Garantia		41.721	54.400
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		74.136	61.097
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6b	204	306
Derivativos	7 e 8	9.616	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	40.096	44.539
Dados em Garantia		3.464	8.826
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		36.632	35.713
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	3.141	3.170
Dados em Garantia		251	268
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		2.890	2.902
Operações de Crédito, Liquída	11	295.599	275.493
Operações de Crédito		317.497	295.487
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(21.898)	(19.994)
Outros Ativos Financeiros	19a	37.700	40.733
Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	2.735	2.947
Imobilizado, Líquido	14	4.855	4.801
Ativos Intangíveis, Líquido	15	3.124	2.933
Ativos Fiscais		22.495	23.891
Imposto de Renda e Contribuição Social - Compensar		2.187	3.534
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	26b	19.804	19.918
Outros		504	439
Bens Destinados a Venda	35	67	78
Outros Ativos	19a	6.231	5.851
TOTAL DO ATIVO		**760.516**	**727.481**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/06/2011	31/12/2010
Depósitos	16	208.914	202.688
Captações no Mercado Aberto	18a	197.864	199.657
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	17	727	1.335
Derivativos	7 e 8	6.805	5.671
Recursos de Mercados Interbancários	18a	73.328	62.599
Recursos de Mercados Institucionais	18b	49.852	44.513
Outros Passivos Financeiros	19b	36.575	41.012
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29	62.780	56.864
Passivos de Planos de Capitalização		2.767	2.603
Provisões	31	15.242	14.390
Obrigações Fiscais	31b	6.756	12.185
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.279	1.281
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b II	4.134	5.374
Outras		1.343	5.530
Outros Passivos	19b	27.843	16.022
Total do Passivo		**689.453**	**659.539**
Capital Social	20a	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	20a	(1.047)	(628)
Capital Adicional Integralizado		586	490
Reservas Integralizadas	20d	19.812	16.904
Reservas a Integralizar		4.966	4.005
Resultado Abrangente Acumulado		282	494
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**69.599**	**66.265**
Participações de Acionistas não Controladores		1.464	1.677
Total do Patrimônio Líquido		**71.063**	**67.942**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**760.516**	**727.481**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Produto Bancário		**19.203**	**17.442**	**37.930**	**34.311**
Receita de Juros e Rendimentos	22a	24.233	18.885	46.696	36.586
Despesa de Juros e Rendimentos	22b	(12.046)	(7.940)	(23.048)	(16.232)
Receita de Dividendos		131	76	202	165
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	22c	(321)	71	(30)	375
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		566	201	982	863
Receita de Prestação de Serviços	23	4.715	4.246	9.162	8.270
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.624	1.532	3.219	3.159
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29	4.169	3.107	8.037	6.293
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(2.991)	(2.014)	(5.716)	(3.983)
Receita de Operações de Capitalização		446	439	898	849
Outras Receitas	24	301	371	747	1.125
Perdas com Créditos e Sinistros		**(4.546)**	**(3.549)**	**(7.858)**	**(7.370)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(5.526)	(4.147)	(9.635)	(8.334)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.382	962	2.581	1.795
Despesas com Sinistros		(402)	(364)	(804)	(831)
Margem Operacional		**14.657**	**13.893**	**30.072**	**26.941**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(10.228)**	**(9.557)**	**(20.267)**	**(18.245)**
Despesas Gerais e Administrativas	25	(8.914)	(8.683)	(17.986)	(16.538)
Despesas Tributárias		(1.118)	(933)	(2.150)	(1.844)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	12	(196)	59	(131)	137
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**26**	**4.429**	**4.336**	**9.805**	**8.696**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1.760)	(1.496)	(3.872)	(2.813)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		835	372	1.200	618
LUCRO LÍQUIDO		**3.504**	**3.212**	**7.133**	**6.501**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	27	3.322	3.005	6.795	6.092
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		182	207	338	409
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO					
Ordinárias		0,73	0,66	1,50	1,34
Preferenciais		0,73	0,66	1,50	1,34
LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO	27				
Ordinárias		0,73	0,66	1,49	1,34
Preferenciais		0,73	0,66	1,49	1,34
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA	27				
Ordinárias		2.289.284.273	2.287.784.273	2.289.284.273	2.288.284.273
Preferenciais		2.250.828.771	2.244.229.950	2.254.395.359	2.242.406.040
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUÍDA	27				
Ordinárias		2.289.284.273	2.287.784.273	2.289.284.273	2.287.784.273
Preferenciais		2.263.480.854	2.259.394.144	2.266.032.374	2.252.770.682

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	NOTA	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido		**3.504**	**3.212**	**7.133**	**6.501**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					
Variação de Valor Justo		137	7	(108)	35
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	9	(120)	4	(304)	(85)
Efeito Fiscal	17	(7)	(4)	165	20
Hedge de Fluxo de Caixa	8				
Variação de Valor Justo		222	(23)	244	(44)
Efeito Fiscal		(89)	9	(98)	18
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(105)	(189)	(51)	(281)
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas		(77)	(51)	(60)	(77)
Total do Resultado Abrangente		**3.465**	**2.965**	**6.921**	**6.087**
Resultado Abrangente Atribuível a Participação dos Acionistas não Controladores		**182**	**207**	**338**	**409**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		**3.283**	**2.758**	**6.583**	**5.678**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 20)
Períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											
							Outros Resultados Abrangentes					
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total
Saldo em 01/01/2010	**45.000**	**(1.031)**	**356**	**6.801**	**5.609**	**-**	**771**	**-**	**10**	**57.516**	**1.564**	**59.080**
Transações com os Acionistas Controladores	-	156	17	-	-	(1.309)	-	-	-	(1.136)	(370)	(1.506)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	**-**	156	(39)	-	-	-	-	-	-	117	-	117
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Período	**-**	-	56	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	**-**	-	-	-	-	(1.309)	-	-	-	(1.309)	(370)	(1.679)
Outros	-	-	-	(6)	10	-	-	-	-	4	135	139
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.092	(107)	(281)	(26)	5.678	409	6.087
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.092	-	-	-	6.092	409	6.501
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(107)	(281)	(26)	(414)	-	(414)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	245	-	(245)	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	3.338	1.200	(4.538)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2010	**45.000**	**(875)**	**373**	**10.378**	**6.819**	**-**	**664**	**(281)**	**(16)**	**62.062**	**1.738**	**63.800**
Mutação do Período	**-**	**156**	**17**	**3.577**	**1.210**	**-**	**(107)**	**(281)**	**(26)**	**4.546**	**174**	**4.720**
Saldo em 01/01/2011	**45.000**	**(628)**	**490**	**16.904**	**4.005**	**-**	**775**	**(274)**	**(7)**	**66.265**	**1.677**	**67.942**
Transações com os Acionistas Controladores	-	(419)	96	-	-	(1.554)	-	-	-	(1.877)	(328)	(2.205)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	**-**	(419)	96	-	-	-	-	-	-	(323)	-	(323)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	**-**	139	16	-	-	-	-	-	-	155	-	155
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(558)	-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	(558)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80	-	80
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	**-**	-	-	-	-	(1.554)	-	-	-	(1.554)	(328)	(1.882)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2011 - Exercício 2010	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Outros	-	-	-	-	(64)	-	-	-	-	(64)	(223)	(287)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	6.795	(307)	(51)	146	6.583	338	6.921
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.795	-	-	-	6.795	338	7.133
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(307)	(51)	146	(212)	-	(212)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	288	-	(288)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	3.928	1.025	(4.953)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2011	**45.000**	**(1.047)**	**586**	**19.812**	**4.966**	**-**	**468**	**(325)**	**139**	**69.599**	**1.464**	**71.063**
Mutação do Período	**-**	**(419)**	**96**	**2.908**	**961**	**-**	**(307)**	**(51)**	**146**	**3.334**	**(213)**	**3.121**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em Milhões de Reais)

	NOTA	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido		3.504	3.212	7.133	6.501
Ajustes ao Lucro Líquido:		8.562	6.224	14.951	11.525
Opções de Outorgas Reconhecidas		46	30	80	56
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		5.526	4.147	9.635	8.334
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		2.991	2.014	5.716	3.983
Receita de Operações de Capitalização		(446)	(439)	(898)	(849)
Depreciações e Amortizações		545	547	1.068	1.037
Tributos Diferidos		(835)	(372)	(1.200)	(618)
Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas		196	(59)	131	(137)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(120)	4	(304)	(85)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda		(34)	42	(32)	96
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos		-	-	-	(11)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado		(33)	-	(21)	4
(Ganho) Perda nos Distratos de Contratos Intangíveis		(1)	(1)	(1)	(54)
Perda por Impairment de Intangível		16	-	16	-
Outros		711	311	761	(231)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		**(21.211)**	**(2.922)**	**(42.803)**	**(32.214)**
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(5.920)	3.570	(5.561)	(7.731)
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		4.843	21.537	(24.840)	17.214
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.001)	(24.828)	(6.072)	(44.134)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(6.926)	(5.044)	(399)	(4.010)
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		(237)	(121)	(704)	(463)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(49)	(106)	102	(333)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(17.385)	(15.749)	(30.405)	(26.638)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		(1.543)	(1.074)	3.004	(1.415)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		456	510	2.590	3.182
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(281)	(178)	307	(993)
(Redução) Aumento em Depósitos		5.386	6.208	6.930	(1.004)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(8.879)	9.416	(1.768)	25.638
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(92)	(57)	(608)	93
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		4.749	1.046	10.794	4.224
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		2.690	1.925	(4.417)	1.242
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		31	2.270	200	(277)
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		518	(1.772)	1.062	990
(Redução) Aumento em Provisões		215	69	285	(656)
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		(3.143)	2.146	(3.257)	1.162
(Redução) Aumento em Outros Passivos		5.850	(1.936)	12.122	3.384
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(493)	(754)	(2.168)	(1.689)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(9.145)**	**6.514**	**(20.719)**	**(14.188)**
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		(4)	44	15	61
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		17.468	1.996	22.179	9.884
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		47	50	336	105
Alienação de Bens Destinados a Venda		75	19	103	25
Alienação de Imobilizado de Uso	14	79	14	86	24
Distrato de Contratos do Intangível	15	2	1	6	122
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(13.341)	(3.311)	(16.645)	(6.161)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	(372)	(123)	(468)
Aquisição de Investimentos		-	12	-	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	14	(325)	(374)	(705)	(696)
Aquisição de Intangível	15	(514)	(45)	(732)	(133)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**3.487**	**(1.966)**	**4.520**	**2.762**
Captação em Mercados Institucionais		4.612	1.672	8.624	5.487
Resgate em Mercados Institucionais		(2.099)	(231)	(4.812)	(373)
Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores		103	(97)	(223)	118
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		20	45	155	117
Aquisições de Ações para Tesouraria		(558)	-	(558)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(321)	(343)	(328)	(370)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(164)	(163)	(3.041)	(2.871)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**1.593**	**883**	**(183)**	**2.108**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.4c e 3**	**(4.065)**	**5.431**	**(16.382)**	**(9.318)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		33.275	58.031	45.609	72.652
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(211)	(206)	(228)	(78)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	28.999	63.256	28.999	63.256
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		22.379	17.307	45.234	43.123
Juros Pagos		12.290	8.114	22.309	23.718
Transações Não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		1	28	3	61
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		1.409	1.147	1.409	1.147

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

Itaú Unibanco Holding S.A. ("nós" ou “Itaú Unibanco Holding” são referências ao Itaú Unibanco Holding S.A. e suas subsidiárias e afiliadas) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do Itaú Unibanco Holding está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Itaú Unibanco Holding fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Estes serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S. A. (“Itaú Unibanco”) e de atacado por intermédio do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em Nova York, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e por intermédio de subsidiárias, principalmente, na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Ilhas Cayman e Europa (Portugal e Luxemburgo).

O Itaú Unibanco Holding é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa, uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e (ii) E. Johnston, uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding.

Conforme descrito na Nota 33 as operações do Itaú Unibanco Holding são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para pessoas físicas (varejo, sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Uniclass, Personnalité ou Private Bank), e para clientes pessoas jurídicas (micro, pequenas e médias empresas), incluindo serviços tais como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Itaú BBA, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor, que oferece fundamentalmente produtos e serviços a clientes não-correntistas, tais como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Corporação e Tesouraria, que gera nossos juros associados ao capital excedente, nosso excedente da dívida subordinada, o resultado de determinadas atividades de tesouraria, a base líquida dos créditos e débitos tributários, os rendimentos líquidos dos juros resultantes da negociação de ativos financeiros por meio de posições próprias, a gestão de diferenças de moedas, diferenças de taxa e de outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e do efeito do mercado interno, e marcação a mercado de ativos financeiros.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, em acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "Internacional Accounting Standard Board" ("IASB"), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela "International Accounting Standards Committee Foundation" ("IASC").

Para fins desta demonstração, o Itaú Unibanco Holding elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 (a "data de transição") como a data de transição entre as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e o IFRS . O BRGAAP foi definido como a prática contábil ("GAAP anterior") anterior, de acordo com o pronunciamento IFRS 1 – "First-time adoption of International Financial Reporting Standards". Esta adoção foi efetuada considerando a Carta-Circular No. 3.435, emitida pelo BACEN.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, o Itaú Unibanco Holding utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações do –"International Financial Reporting Interpretation Committee" ("IFRIC") descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações contábeis consolidadas incluem referências ao IFRS, aos pronunciamentos emitidos pelo IASB e às interpretações emitidas pelo IFRIC. Porém estas demonstrações contábeis consolidadas não representam a primeira demonstração contábil completa em IFRS por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas para um exercício completo.

A reconciliação entre o patrimônio líquido em BRGAAP, que foi considerado como o GAAP anterior, e em IFRS na data de transição é apresentada na Nota 2.5 conjuntamente com uma descrição das isenções aplicáveis e exceções obrigatórias adotadas, conforme definido pelo IFRS 1.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil consolidada em IFRS. Nestas demonstrações contábeis consolidadas apresentadas com propósito especial de fornecer informações adicionais ao mercado alinhadas com o estabelecido na Resolução 3.786 e que não representam as primeiras demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, o Itaú Unibanco Holding aplicou a data de transição de 1º de janeiro de 2010.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

O sumário das isenções e exceções do IFRS 1 usadas pela Administração na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas está apresentado na Nota 2.5.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EFETIVOS EM OU APÓS 1º DE JANEIRO DE 2011

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction”- remove uma conseqüência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. O Itaú Unibanco Holding não espera que esta alteração impacte significativamente suas demonstrações contábeis consolidadas.

- IFRS 9 – “Financial instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Itaú Unibanco Holding. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013, e o IASB permite sua adoção antecipada. Porém, sua adoção antecipada não está disponível no Brasil já que o CMN, através da Resolução 3.853 estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação específica do BACEN.

- IFRS 10 – “Consolidated financial statements” – o pronunciamento altera o principio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.

- IFRS 11 – “Joint Arrangements” – O pronunciamento fornece uma reflexão mais realista para análises de “Joint Arrangements” com foco maior nos direitos e obrigações dos arranjos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “Joint Arrangements” em dois tipos: “Joint Operations” e “Joint Ventures”, de acordo com os direitos e obrigações das partes. No caso de “Joint Ventures”, não existe mais a consolidação proporcional. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.

- IFRS 12 – “Disclosures of interests in other entities” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “Joint Arrangements”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.

- IFRS 13 – “Fair value measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subseqüentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Itaú Unibanco Holding revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidada do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Itaú Unibanco Holding exerce seu julgamento para determinar se evidências objetivas indicam que ocorreu um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A

Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 30 de junho de 2011 era de R$ 21.898 (R$ 19.994 em 31 de dezembro de 2010).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro em 2010 em aproximadamente R$ 2.976 e R$ 2.755, respectivamente.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (viii).

b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicação no item 2.4(m), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Itaú Unibanco Holding irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possa ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário do Itaú Unibanco Holding, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2011 era de R$ 26.463 (R$ 25.668 em 31 de dezembro de 2010).

c) Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor em 30 de junho de 2011 totalizam ativos no valor de R$ 165.773 (R$ 168.119 em 31 de dezembro de 2010) (dos quais R$ 9.616 são derivativos (R$ 7.777 em 31 de dezembro de 2010) e passivos no valor de R$ 7.532 (R$ 7.006 em 31 de dezembro de 2010) (dos quais R$ 6.805 são derivativos (R$ 5.671 em 31 de dezembro de 2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Itaú Unibanco Holding usa seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O Itaú Unibanco Holding classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

O Itaú Unibanco Holding acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 30 de junho de 2011 o montante de R$ 321 (R$ 244 em 31 de dezembro de 2010) foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Itaú Unibanco Holding determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Itaú Unibanco Holding considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada aproximadamente em R$ 500.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

O Itaú Unibanco Holding revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil destas contingências em 30 de junho de 2011 é de R$ 15.243 (R$ 14.390 em 31 de dezembro de 2010).

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I- Subsidiárias

De acordo com o IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements”, as subsidiárias são entidades nas quais o Itaú Unibanco Holding tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que geralmente possui participação votante superior a 50% em seu capital votante.

II- Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre o Itaú Unibanco Holding e as SPEs indica que elas são controladas pelo Itaú Unibanco Holding. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor do Itaú Unibanco Holding, de acordo com as necessidades específicas do negócio e o Itaú Unibanco Holding obtém benefícios de sua operação;

- Em substância, o Itaú Unibanco Holding tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou o Itaú Unibanco Holding tem o poder de delegar tais poderes;

- Em substância, o Itaú Unibanco Holding tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por conseqüência pode estar exposto aos riscos inerentes à suas atividades; ou

- Em substância, o Itaú Unibanco Holding retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III- Entidades sob Controle Conjunto (“Joint Ventures”)

O IAS 31 – “Interests in Joint Ventures”, define entidades sob controle conjunto como entidades controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que os afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o IAS 31, o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidação proporcional ou método de equivalência patrimonial. O Itaú Unibanco Holding optou pela consolidação proporcional.

A tabela abaixo apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto consolidadas proporcionalmente, bem como a participação do Itaú Unibanco Holding em seus capitais votantes em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Subsidiárias	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em 30/06/2011	Porcentagem do capital votante em 31/12/2010
Banco Dibens S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa, S.A.	Portugal	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Banco	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding de Instituições não Financeiras	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	100,00%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Securities Limited	Emirados Árabes	Corretora de Valores	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Banco	100,00%	100,00%
Itaú USA Securities, INC.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	99,99%
Redecard S.A.	Brasil	Administração de Cartões	50,01%	50,01%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A.	Brasil	Holding	100,00%	100,00%

Entidades sob controle conjunto				
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Banco	50,00%	50,00%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta a posição financeira das entidades controladas em conjunto(Joint Ventures) consolidada proporcionalmente pelo Itaú Unibanco Holding:

	30/06/2011	31/12/2010
Ativo Circulante	3.681	4.143
Ativo Não Circulante	252	430
Total de Ativos	**3.933**	**4.573**
Passivo Circulante	3.282	3.734
Passivo Não Circulante	24	46
Total de Passivos	**3.306**	**3.780**
Total de Receitas	758	1.467
Total de Despesas	(753)	(1.348)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades que são controladas em conjunto.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Itaú Unibanco Holding definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – "The effects of changes in foreign exchange rates" define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado e acumulados no patrimônio como ajustes acumulados de conversão.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como resultados de operações de câmbio e ganhos e perdas cambiais no exterior, e totalizam R$ (1.168) para o período de 01/01 a 30/06/2011 (R$ 531 em 01/01 a 30/06/2010).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o "desreconhecimento" ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

O Itaú Unibanco Holding define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de "Disponibilidades"), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

O Itaú Unibanco Holding apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4.(f)(vi).

e) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

O Itaú Unibanco Holding possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas de Aplicações no mercado aberto e Captações no mercado aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecido durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O Itaú Unibanco Holding categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O Itaú Unibanco classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Notas 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Notas 2.4(e)), Operações de crédito (Notas 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Notas 2.4(f)(ix)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando Itaú Unibanco Holding transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Itaú Unibanco Holding deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando foram liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. O Itaú Unibanco Holding optou por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II- Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e “Despesa de juros e rendimentos” respectivamente.

O Itaú Unibanco Holding designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros, exceto se o Itaú Unibanco Holding optar designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de "hedge" para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item "hedgeado" o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como "hedge" contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como "hedge" contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do "hedge", existe designação e documentação formais da relação de "hedge" e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o "hedge";
- é esperado que o "hedge" seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de "hedge" em particular;
- quanto ao "hedge" de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de "hedge" tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do "hedge" pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de "hedge" podem ser confiavelmente medidos; e
- o "hedge" é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o "hedge" foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de "hedge": "hedge" de valor justo, "hedge" de fluxo de caixa e "hedge" de investimento líquido em investimento no exterior.

O Itaú Unibanco utiliza-se de derivativos como instrumento de "hedge" em estratégias de "hedge" de fluxo de caixa, conforme detalhado na Nota 08.

"Hedge" de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como "hedge" de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em "Outros resultados abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por "hedge" afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no resultado abrangente acumulado é reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

IV- Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito do Itaú Unibanco Holding de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos é provável.

O Itaú Unibanco Holding avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subseqüente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o Itaú Unibanco Holding tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

VI- Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Itaú Unibanco Holding estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, e o valor contábil é reduzido, através de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

VII- Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica de Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Itaú Unibanco Holding são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Itaú Unibanco Holding e é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

VIII- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Itaú Unibanco Holding avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado pelo Itaú Unibanco Holding para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidencias objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment são de no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

O Itaú Unibanco Holding avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores o ativo é considerado como inadimplente, e divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX- Outros ativos financeiros

O Itaú Unibanco Holding apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentadas na Demonstração consolidada do resultado em despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; Vide Nota 16;
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros. Vide Nota 19b.

g) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo IAS 38) são aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do Itaú Unibanco Holding nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado a participação na movimentação em reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Itaú Unibanco Holding nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Itaú Unibanco Holding não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Itaú Unibanco Holding e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação do Itaú Unibanco Holding. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Itaú Unibanco Holding.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o Itaú Unibanco Holding mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

h) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, o Itaú Unibanco Holding possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O Itaú Unibanco Holding arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pelo Itaú Unibanco Holding classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o IAS 16 – “Property, plant and equipment”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O Itaú Unibanco Holding avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “Impairment of assets”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

j) ÁGIO

De acordo com o IFRS 3 (R) – “Business Combination”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 31 de março de 2011 e 2010, não possuíamos saldo de ágio em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O Itaú Unibanco Holding avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo como IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Reconhecemos no período findo em 30/06/2011 perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por distratos de contratos e resultados inferiores aos previstos, no valor de R$ 16.

Conforme previsto pelo IAS 38, o Itaú Unibanco Holding elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subseqüentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar e Obrigações fiscais - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	30/06/2011	30/06/2010
Imposto de Renda	15%	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%	10%
Contribuição Social	15%	15%

n) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “Insurance contracts” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O Itaú Unibanco Holding, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o Itaú Unibanco Holding aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, o Itaú Unibanco Holding contabiliza tal perda, conforme descrito na Nota 2.4f VIII.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, o Itaú Unibanco Holding ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas reservas de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o IFRS 4 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, o Itaú Unibanco Holding não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 29.

o) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

O Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o Itaú Unibanco Holding tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

p) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O Itaú Unibanco Holding é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R$ 693 no período findo em 30 de junho de 2011 (R$ 667 em 30 de junho de 2010).

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding também patrocina planos de benefícios definidos e plano de contribuição definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “Employee benefits”.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de beneficio definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo Itaú Unibanco Holding são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo Itaú Unibanco Holding ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o Itaú Unibanco Holding está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

q) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – "Share-based payment" que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo especifico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, a companhia geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

r) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – "Provisions, contingent liabilities and contingent assets".

O Itaú Unibanco Holding reconhece no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica "Outros passivos", na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receitas de Prestação de Serviços".

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecia por tal valor.

s) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração do Itaú Unibanco Holding entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros

sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

t) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

u) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

v) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações contábeis.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Itaú Unibanco Holding pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Itaú Unibanco Holding. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do Itaú Unibanco Holding após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – "Earnings per share".

O Itaú Unibanco Holding outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do "método das ações em tesouraria". Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do Itaú Unibanco Holding.

y) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito). A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 23.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O IFRS 8 – "Operating Segments" determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O Itaú Unibanco Holding considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O Itaú Unibanco Holding possui quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial, (ii) Itaú BBA, (iii) Crédito ao Consumidor e (iv) Corporação e Tesouraria.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

2.5 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na Nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2010. Como resultado as políticas contábeis do Itaú Unibanco Holding nestas demonstrações contábeis consolidadas foram modificadas em 1º de janeiro de 2010 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo. O Itaú Unibanco Holding elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2010 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na nota 2.4, e adotou as seguintes isenções e utilizou todas as exceções previstas no IFRS 1.

Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatórias previstas pelo IFRS 1 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

Combinações de negócios, aquisições passadas de investimentos em associadas e escopo de consolidação

O IFRS 1 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, através da aplicação do IFRS 3. Esta isenção permite que companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham, basicamente, o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o BRGAAP. O Itaú Unibanco Holding adotou esta isenção até 1º de agosto de 2009 e consequentemente, aplicou o IFRS 3 ou IAS 28, como apropriado para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas após essa data.

De acordo com a isenção permitida pelo IFRS 1, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores à data de transição conforme BRGAAP, onde os ágios foram integralmente amortizados no momento em que essas aquisições ocorreram. Não foram reconhecidos, no BRGAAP, ativos intangíveis oriundos das aquisições anteriores à data de transição.

O IFRS 1 também requer que caso o Itaú Unibanco Holding não houvesse consolidado alguma subsidiária adquirida no BRGAAP, os valores contábeis de ativos e passivos dessa subsidiária adquirida seriam ajustados conforme IFRS. Entretanto, no caso do Itaú Unibanco Holding, não ocorreram aquisições de subsidiárias significativas que não tenham sido consolidadas em BRGAAP antes da transição para IFRS.

Valor justo considerado como custo inicial

Segundo o IFRS 1, uma entidade pode, na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o custo inicial deste ativo, a partir desta data. O Itaú Unibanco Holding não fez uso desta isenção do IFRS 1. O custo do ativo imobilizado foi determinado com base no custo histórico, apurado no BRGAAP, ajustados pela inflação para os anos em que o Brasil foi considerado hiperinflacionário de acordo com o IAS 29.

Benefícios a empregados

O Itaú Unibanco Holding adotou a isenção do IFRS 1 pela qual foram reconhecidos como resultados acumulados todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até a data de transição referente aos planos de benefício definido patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas.

Diferenças cumulativas na conversão de balanço de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior

O Itaú Unibanco Holding adotou esta isenção, na qual foram presumidos como zero, todos os ganhos e perdas de conversão de subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior acumulados na data de transição. Portanto, os efeitos da aplicação do IAS 21 na conversão destas subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas no exterior com moeda funcional diferente do real estão sendo aplicados prospectivamente e estes efeitos registrados em uma reserva específica no Resultado abrangente acumulado somente deste a data de transição. A não utilização desta isenção resultaria na aplicação retrospectiva do IAS 21, com a determinação das diferenças de conversão de acordo com o IFRS desde a data de constituição ou aquisição de todas as subsidiárias e investimentos em empresas não consolidadas com moeda funcional diferente do Real.

Instrumentos financeiros compostos

O IAS 32 – “Financial instruments: presentation” requer que passivos financeiros compostos, conforme definido pelo IAS 32, tenham seus componentes separados e classificados como instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio. Esta classificação é feita com base nas circunstâncias, substância econômica e termos específicos destes instrumentos na data de sua emissão. O IFRS 1 permite não separar esses dois componentes, caso o componente de dívida já não esteja em aberto na data de transição. Essa isenção não gerou impactos para o Itaú Unibanco Holding.

Ativos e passivos de subsidiárias, empresas não consolidadas e entidades sob controle conjunto ("joint-ventures")

O IFRS 1 prevê que podem existir situações nas quais a entidade controladora de um grupo e suas subsidiárias tenham adotado IFRS em datas diferentes. A isenção do IFRS 1 permitiu que utilizássemos as demonstrações contábeis das subsidiárias que fizeram a transição para IFRS antes de 1º de janeiro de 2010. Sendo assim, foram considerados na consolidação os montantes em IFRS das demonstrações contábeis das subsidiárias e de empresas não consolidadas do Itaú Unibanco Holding que já haviam adotado o IFRS antes de 1º de janeiro de 2010.

Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

O IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isenção do IFRS 1, esta designação, no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. O Itaú Unibanco Holding não adotou essa isenção permitida pelo IFRS 1 e não redesignou ativos financeiros existentes na data de transição, mantendo a designação existente em BRGAAP em 1º de janeiro de 2010.

Transações de pagamentos baseados em ações

O IFRS 1 encoraja, mas não requer, que uma entidade adote o IFRS 2 para benefícios concedidos aos empregados como pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 e também para os benefícios que foram concedidos após 7 de novembro de 2002, mas cujas condições para a sua realização ou gozo tenham sido atingidas antes de 1º de janeiro de 2010. Por outro lado, se a Administração decide aplicar o IFRS 2 retrospectivamente, somente pode fazê-lo se a entidade já tiver divulgado o valor justo dos instrumentos baseados em ações relevantes, determinados nas datas de mensuração relevantes. O Itaú Unibanco Holding adotou o IFRS 2 para todos os pagamentos baseados em ações, já que já divulgou o valor justo dos instrumentos relevantes.

Contratos de seguros

O IFRS 1 permite que companhias que emitem contratos de seguros mudem certas políticas contábeis de seguros na data de transição para IFRS, desde que alguns procedimentos mínimos sejam observados. O Itaú Unibanco Holding decidiu não modificar suas políticas contábeis para contratos de seguros, porém aplicou os requerimentos mínimos do IFRS 4, incluindo classificação dos contratos como contratos de seguros ou contratos de investimento (conforme definido pelo IAS 39 e IFRS 4) e os testes mínimos de adequação de passivos de contratos de seguros como definido pelo IFRS 4, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.4.n.

Obrigações decorrentes da desativação, restauração de ativos e passivos similares

O IFRIC 1 - "Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities" requer mudanças específicas em desativação, restauração ou passivos similares. Uma entidade que aplica o IFRS pela primeira vez, não precisa cumprir estes requerimentos para mudanças que ocorreram antes da data de transição para IFRS. Esta isenção não gerou impacto para o Itaú Unibanco Holding.

Arrendamento mercantil

Uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do IFRIC 4 - "Determining Whether an Arrangement Contains a Lease" podendo determinar se um contrato de leasing existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. A aplicação do IFRIC 4 não gerou impacto para o Itaú Unibanco Holding na data de transição para IFRS, uma vez que não foram identificados contratos que deveriam ser contabilizados como um contrato de arrendamento mercantil, segundo o IFRIC 4.

Mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição

O IFRS 1 determina que uma entidade deva aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando utilizam-se metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer um ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro ("day one profits"). Como consequência deste requerimento, o IAS 39 requer que um ganho ou perda gerado na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fosse reconhecido caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

O IFRS 1 requer que estes critérios sejam obrigatoriamente aplicados prospectivamente para transações com instrumentos financeiros ativos ou passivos iniciadas após 25 de outubro de 2002 ou prospectivamente para transações iniciadas após 1º de janeiro de 2004.

Custo de empréstimos

O IFRS permite à entidade que o aplica pela primeira vez, adotar o IAS 23 aos custos de empréstimos relacionados aos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é a mesma ou posterior à data de transição (01/01/2010), ou designar uma data anterior à data de transição e aplicar o IAS 23 aos custos de empréstimos relacionados aos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização seja a mesma ou posterior àquela data. O Itaú Unibanco Holding não adotou esta isenção.

"Desreconhecimento" de ativos e passivos financeiros

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de "desreconhecimento" ("asset derecognition" como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Consequentemente, caso o Itaú Unibanco Holding tivesse "desreconhecido", de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro não derivativo como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o IFRS 1 permite a aplicação das normas de "desreconhecimento" de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem ao "desreconhecimento". Esta isenção não gerou impactos para o Itaú Unibanco Holding, pois nenhum ativo ou passivo significativo foi desreconhecido no BRGAAP.

"Hedge" Contábil ("Hedge Accounting")

O IAS 39 requer a avaliação de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, bem como a eliminação de ganhos ou perdas diferidos, reconhecidos como ativos ou passivos pelo GAAP anterior ao IFRS. Adicionalmente, uma entidade não deve aplicar hedge contábil ("hedge accounting" conforme definido pelo IAS 39) em seu balanço patrimonial consolidado na data de transição caso este "hedge" não se qualifique como "hedge" segundo o IAS 39. Como resultado desta exigência não foi aplicado o "hedge accounting" para fins de IFRS na data de transição em certas relações de hedge que atendem os critérios para "hedge accounting" no BRGAAP, mas não atendem todas as exigências do IAS 39 em tal data.

Estimativas

O IFRS 1 requer que as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Adicionalmente, caso a Administração obtenha uma informação após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do IAS 10. O IAS 10 é aplicável para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade, se houver. O Itaú Unibanco Holding considerou as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças de estimativas devido à existência de informações obtidas em data subseqüente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

Participações não controladoras

O IFRS 1 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique alguns requisitos do IAS 27 prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para o Itaú Unibanco Holding.

RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING EM 01 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 30 DE JUNHO DE 2011 E AO LUCRO LÍQUIDO DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING NOS 1ºs SEMESTRES E 2ºs TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Referência	30/06/2011	31/12/2010	01/01/2010	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
		Patrimônio Líquido			Resultado			
De acordo com o BRGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)		**66.083**	**60.879**	**50.683**	**3.603**	**3.165**	**7.133**	**6.399**
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS		**3.516**	**5.386**	**6.833**	**(281)**	**(160)**	**(338)**	**(307)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**a**	1.877	2.014	3.443	(419)	(197)	(148)	(595)
Reconhecimento da totalidade de crédito tributário	**b**	1.428	1.724	2.367	(85)	(203)	(270)	(294)
Planos de pensão e saúde	**c**	-	-	1.410	-	99	-	27
Ajuste a mercado de ações	**d**	805	1.165	970	-	-	-	-
Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**e**	880	896	936	(8)	(6)	(17)	(10)
Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco	**f**	-	-	844	-	(163)	-	(323)
Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	**g**	-	-	-	6	306	(34)	430
Provisão para dividendos a pagar não declarados	**h**	-	1.307	-	-	-	-	-
Outros ajustes	**i**	(97)	(99)	(272)	(39)	(32)	(13)	333
Imposto de renda e contribuição social sobre todos os ajustes IFRS	**j**	(1.377)	(1.621)	(2.865)	264	36	144	125
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores		**69.599**	**66.265**	**57.516**	**3.322**	**3.005**	**6.795**	**6.092**
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas não controladores		**1.464**	**1.677**	**1.564**	**182**	**207**	**338**	**409**
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		**71.063**	**67.942**	**59.080**	**3.504**	**3.212**	**7.133**	**6.501**
Ajustes que impactam o resultado abrangente								
Ativos Financeiros Disponível para a Venda					(67)	(44)	(307)	(106)
Hedge de Fluxo de Caixa					133	(14)	146	(27)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior					(105)	(255)	(51)	(281)
Total					**3.465**	**2.899**	**6.921**	**6.087**

A adoção do IFRS não alterou o fluxo de caixa do Itaú Unibanco Holding uma vez que no BRGAAP nós já éramos requeridos a aplicar a norma brasileira equivalente ao IAS 7 e não há diferenças significativas na demonstração do fluxo de caixa preparada no BRGAAP e a demonstração do fluxo de caixa apresentada nessas demonstrações financeiras.

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Está apresentada abaixo uma descrição das principais políticas contábeis aplicáveis ao Itaú Unibanco Holding que diferem significativamente em BRGAAP e IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. A partir de 31 de dezembro de 2008, considerando o cenário econômico e as incertezas relacionadas, o critério para reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo regulatório requerido foi revisado, incluindo uma provisão que considerava os riscos associados a um cenário mais pessimista. Durante 2009, houve uma melhora no cenário econômico causando uma redução na relação entre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a carteira de crédito. Em 2010, uma alteração no critério BRGAAP foi adotada que resultou em uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O critério foi adotado considerando-se as novas orientações de Basiléia III (ainda não aplicáveis), que determina que os efeitos anticíclicos devem ser incluídos.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como conseqüência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

A perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

Deve-se primeiramente avaliar se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b) Reconhecimento da totalidade de créditos tributários

Com base na Lei 11.727/2008, a alíquota da Contribuição Social (CSLL) para as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e as instituições financeiras, foi majorada de 9% para 15%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/05/2008. Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à majoração de alíquota da Contribuição Social, impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos Créditos Tributários apenas até o limite do acréscimo em obrigações fiscais diferidas e desconsiderando-se o aumento da alíquota para 15%.

O IAS 12 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva. O IAS 12 também determina que os créditos tributários devem ser reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

O Itaú Unibanco Holding reconheceu, nestas Demonstrações contábeis consolidadas, o estoque de crédito tributário referente à CSLL a alíquota de 15%.

c) Planos de pensão e de saúde

Até 31 de dezembro de 2009, no BRGAAP, não reconhecemos ativos resultantes entre a diferença do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais. No BRGAAP, a determinação da superveniência de um plano é similar ao IFRS, no entanto, diferenças existiam no reconhecimento da superveniência do plano.

Os cálculos atuariais para determinados planos do Itaú Unibanco Holding resultaram em uma posição líquida positiva, para os quais foi reconhecido um ativo em linha com os requerimentos do IAS 19. Como o Itaú Unibanco Holding possui um benefício econômico disponível como reduções em contribuições futuras, este ativo foi reconhecido em 31 de dezembro de 2009, mensurado após levar em consideração o limite de um ativo de benefício definido, conforme requerido pelo IAS 19 e IFRIC 14.

A partir de 31 de dezembro 2010, o Itaú Unibanco Holding, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passou a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais. A Deliberação CVM Nº 600/09 é equivalente ao IAS 19 e, portanto, a partir desta data este ajuste não se fez mais necessário.

d) Ajuste a mercado de ações e cotas

Para fins de BRGAAP, as ações e cotas que são classificadas como investimento permanente são contabilizadas ao custo histórico, sendo ajustadas somente por provisão para desvalorização quando da perda de valor. Ganhos de valor acima do custo de aquisição não são reconhecidos.

No IFRS, o Itaú Unibanco Holding classificou estas ações e cotas como ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o IAS 39 e as registrou ao seu valor justo estimado, com os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado.

e) Aquisição de participação em empresas não consolidadas – Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (PSIUPAR)

No BRGAAP, não há regra especifica para o reconhecimento de transações onde uma subsidiária é trocada por uma empresa não consolidada. Esse tipo de transação é geralmente reconhecida a valores contábeis da subsidiária transferida.

No IFRS o pagamento recebido (participação na PSIUPAR adquirida em 30 de novembro de 2009) em conexão com a perda de controle de uma subsidiária é contabilizada pelo valor justo deste pagamento recebido.

Esta diferença na base de nossa participação na PSIUPAR é ajustada na reconciliação.

f) Provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco

Como conseqüência da associação com o Unibanco, uma provisão para cobrir os gastos com comunicação a clientes, adequação de sistemas e pessoal foi constituída no BRGAAP, uma vez que essa provisão podia ser razoavelmente estimada na data.

No IFRS, esta provisão não atendeu na data de transição aos requerimentos do IAS 19 e IAS 37 que são mais restritos que os requerimentos do BRGAAP e, portanto, foi revertida na data de transição nestas Demonstrações contábeis consolidadas. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, esta provisão reconhecida no BRGAAP foi totalmente utilizada.

g) Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior

O processo adotado pelo Itaú Unibanco Holding em BRGAAP para a conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior é similar aos requerimentos do IAS 21, exceto pelo fato de que as diferenças geradas no processo de conversão são registradas na demonstração do resultado. Consequentemente, em BRGAAP, não existe uma reserva específica no patrimônio líquido onde os ganhos ou perdas acumulados gerados na conversão de subsidiárias no exterior e empresas não consolidadas são reconhecidos.

Em IFRS, as diferenças apuradas na conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior são reportadas no Resultado abrangente acumulado.

h) Provisão para dividendos ainda não declarados

De acordo com o BRGAAP, as demonstrações contábeis do exercício devem reconhecer uma provisão para dividendos propostos pela Administração, mas ainda não aprovados pelos acionistas mesmo se os dividendos propostos excederem o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto da empresa.

De acordo com o IAS 10 - *"Events After The Balance Sheet Date"*, se uma entidade declarar dividendos para pagamento de seus acionistas após a data-base, a mesma não pode contabilizar o valor desses dividendos como um passivo nas demonstrações contábeis do exercício.

Nestas demonstrações contábeis, o Itaú Unibanco Holding reverteu a provisão constituída no passivo de acordo com o BRGAAP, que excedeu os dividendos mínimos obrigatórios que não tinham sido declarados antes do final do exercício.

i) Outros Ajustes

Outras diferenças entre IFRS e BRGAAP foram reconhecidas, e não são materiais de forma individual ou agregada.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades	15.550	10.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.657	7.639
Aplicações no Mercado Aberto	10.792	27.798
Total	**28.999**	**45.609**

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R$ 12.624 (R$ 7.196 em 31/12/2010) e R$ 32.335 (R$ 60.884 em 31/12/2010), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde o Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras, inclusive o Itaú Unibanco Holding, depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	30/06/2011	31/12/2010
Não Remunerados	5.010	4.742
Remunerados	86.829	81.034
Total	**91.839**	**85.776**

NOTA 05 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

	30/06/2011			31/12/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.892	389	15.281	14.315	520	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	85.353	10.773	96.126	82.094	6.588	88.682
Total	**100.245**	**11.162**	**111.407**	**96.409**	**7.108**	**103.517**

(*) Inclui R$ 12.143 (R$ 8.670 em 31/12/2010) de ativos dados em garantia, sendo o valor justo desses ativos de R$ 12.300 (R$ 8.802 em 31/12/2010).

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			
		Resultados não realizados		
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.287	39	(7)	1.319
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	91.022	10	(84)	90.948
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	1.648	23	(3)	1.668
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**1.487**	**26**	**(4)**	**1.509**
Argentina	205	6	(4)	207
Estados Unidos	1.103	19	-	1.122
México	91	1	-	92
Chile	66	-	-	66
Uruguai	15	-	-	15
Outros	7	-	-	7
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**20.360**	**95**	**(42)**	**20.413**
Ações Negociáveis	2.669	74	(40)	2.703
Certificado de Recebíveis Imobiliários	622	2	-	624
Certificado de Depósito Bancário	9.117	-	-	9.117
Debêntures	3.333	1	-	3.334
Euro Bonds e Assemelhados	1.554	18	(2)	1.570
Outros	3.065	-	-	3.065
TOTAL	**115.804**	**193**	**(140)**	**115.857**

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R$ 40.133, b) R$ 668 , c) R$ 668 e d) R$ 252.

	31/12/2010			
		Resultados não realizados		
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.701	49	(2)	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.636	77	(14)	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	653	17	(4)	666
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**9.323**	**38**	**(8)**	**9.353**
Argentina	295	6	(8)	293
Estados Unidos	8.682	32	-	8.714
México	29	-	-	29
Rússia	45	-	-	45
Chile	248	-	-	248
Uruguai	24	-	-	24
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**16.941**	**152**	**(62)**	**17.031**
Ações Negociáveis	3.161	134	(47)	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	587	9	-	596
Certificado de Depósito Bancário	8.932	-	-	8.932
Debêntures	2.799	1	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	1.459	8	(15)	1.452
Outros	3	-	-	3
TOTAL	**115.254**	**333**	**(90)**	**115.497**

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2010 eram:a) R$ 46.672, b) R$ 125, c) R$ 8.592 e d) R$ 11.

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	180	182	513	706
Perdas	(1.032)	(514)	(1.453)	(702)
Total	**(852)**	**(332)**	**(940)**	**4**

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2011		31/12/2010
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	**29.552**	**29.621**	**58.705**
Sem vencimento	3.956	4.022	4.996
Até um ano	25.596	25.599	53.709
Não Circulante	**86.252**	**86.236**	**56.792**
De um a cinco anos	73.265	73.260	49.403
De cinco a dez anos	9.806	9.799	5.177
Após dez anos	3.181	3.177	2.212
TOTAL	**115.804**	**115.857**	**115.497**

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R$ 51.124 (R$ 46.321 em 31/12/2010). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			
		Resultados não realizados		
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	194	10	-	204

	31/12/2010			
		Resultados não realizados		
	Custo/ Custo Amortizado	Ganhos	Perdas	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Designados a Valor Justo através do Resultado				
Ganhos	4	5	10	11
Total	**4**	**5**	**10**	**11**

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/06/2011		31/12/2010
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Valor justo
Não Circulante	**194**	**204**	**306**
Após dez anos	194	204	306

NOTA 07 – DERIVATIVOS

Negociamos Instrumentos Financeiros Derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Instrumentos Financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Instrumentos Financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R$ 4.467 (R$ 8.061 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011
Contratos de futuros	**375.969**	**53**	**(41)**	**12**
Compromissos de Compra	**116.410**	**(64)**	**-**	**(64)**
Moeda Estrangeira	11.344	(25)	(2)	(27)
Mercado Interfinanceiro	91.195	(10)	-	(10)
Prefixados	1.873	-	-	-
Índices	11.234	(29)	2	(27)
Títulos	406	-	(2)	(2)
Commodities	358	-	2	2
Outros	-	-	-	-
Compromissos de Venda	**259.559**	**117**	**(41)**	**76**
Moeda Estrangeira	21.622	13	(33)	(20)
Mercado Interfinanceiro	209.915	28	-	28
Índices	23.712	77	(3)	74
Títulos	1.803	-	-	-
Commodities	2.507	(1)	(5)	(6)
Contratos de Swaps		**1.018**	**316**	**1.334**
Posição Ativa	**75.515**	**3.164**	**342**	**3.506**
Moeda Estrangeira	5.165	39	2	41
Mercado Interfinanceiro	37.449	1.978	92	2.070
Prefixados	11.953	238	155	393
Pós-Fixados	873	13	5	18
Índices	19.370	894	87	981
Títulos	101	-	-	-
Commodities	131	1	-	1
Outros	473	1	1	2
Posição Passiva	**74.497**	**(2.146)**	**(26)**	**(2.172)**
Moeda Estrangeira	9.323	(339)	6	(333)
Mercado Interfinanceiro	20.238	(418)	7	(411)
Prefixados	12.883	(146)	(176)	(322)
Pós-Fixados	3.238	-	-	-
Índices	27.041	(1.044)	39	(1.005)
Títulos	100	-	-	-
Commodities	120	(9)	(4)	(13)
Outros	1.554	(190)	102	(88)
Contratos de Opções	**2.777.954**	**137**	**58**	**195**
De Compra - Posição Comprada	**1.065.312**	**1.000**	**(406)**	**594**
Moeda Estrangeira	16.377	256	(37)	219
Mercado Interfinanceiro	912.374	441	(99)	342
Pós-Fixados	262	2	(1)	1
Índices	134.561	117	(60)	57
Títulos	1.427	170	(216)	(46)
Commodities	311	14	7	21
De Venda - Posição Comprada	**570.658**	**984**	**330**	**1.314**
Moeda Estrangeira	13.254	626	221	847
Mercado Interfinanceiro	471.021	70	(44)	26
Prefixados	2	-	-	-
Pós-Fixados	239	1	-	1
Índices	81.561	69	(25)	44
Títulos	3.850	210	175	385
Commodities	731	8	3	11
De Compra - Posição Vendida	**681.176**	**(1.075)**	**299**	**(776)**
Moeda Estrangeira	10.261	(236)	42	(194)
Mercado Interfinanceiro	572.762	(460)	136	(324)
Índices	96.205	(327)	120	(207)
Títulos	1.752	(45)	1	(44)
Commodities	196	(7)	-	(7)
De Venda - Posição Vendida	**460.808**	**(772)**	**(165)**	**(937)**
Moeda Estrangeira	11.784	(525)	(134)	(659)
Mercado Interfinanceiro	350.572	(99)	41	(58)
Prefixados	2	-	-	-
Índices	95.983	(59)	20	(39)
Títulos	2.250	(79)	(98)	(177)
Commodities	217	(10)	6	(4)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos de futuros	**292.049**	**5**	**(60)**	**(55)**
Compromissos de Compra	**127.499**	**(1)**	**174**	**173**
Moeda Estrangeira	8.128	(1)	1	-
Mercado Interfinanceiro	98.353	-	45	45
Índices	19.288	-	95	95
Títulos	1.645	-	-	-
Commodities	84	-	33	33
Outros	1	-	-	-
Compromissos de Venda	**164.550**	**6**	**(234)**	**(228)**
Moeda Estrangeira	13.057	6	(20)	(14)
Mercado Interfinanceiro	113.173	-	(45)	(45)
Índices	32.033	-	(127)	(127)
Títulos	4.230	-	-	-
Commodities	2.048	-	(42)	(42)
Outros	9	-	-	-
Contratos de Swaps		**344**	**580**	**924**
Posição Ativa	**68.839**	**2.160**	**777**	**2.937**
Moeda Estrangeira	7.330	(292)	238	(54)
Mercado Interfinanceiro	34.370	1.299	161	1.460
Prefixados	9.277	326	140	466
Pós-Fixados	865	2	18	20
Índices	16.745	819	218	1.037
Títulos	32	3	-	3
Commodities	219	3	2	5
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	**68.495**	**(1.816)**	**(197)**	**(2.013)**
Moeda Estrangeira	14.609	(310)	(17)	(327)
Mercado Interfinanceiro	19.443	(358)	138	(220)
Prefixados	7.835	(256)	(133)	(389)
Pós-Fixados	3.272	(2)	(1)	(3)
Índices	23.122	(865)	(181)	(1.046)
Títulos	29	(1)	-	(1)
Commodities	178	(24)	(3)	(27)
Outros	7	-	-	-
Contratos de Opções	**2.330.950**	**(570)**	**235**	**(335)**
De Compra - Posição Comprada	**695.908**	**1.182**	**(108)**	**1.074**
Moeda Estrangeira	24.905	414	(104)	310
Mercado Interfinanceiro	530.428	468	2	470
Pós-Fixados	314	2	-	2
Índices	138.085	182	(53)	129
Títulos	1.534	86	27	113
Commodities	642	30	20	50
De Venda - Posição Comprada	**526.323**	**625**	**53**	**678**
Moeda Estrangeira	12.295	339	142	481
Mercado Interfinanceiro	404.532	128	(28)	100
Pós-Fixados	282	-	-	-
Índices	107.034	109	(48)	61
Títulos	1.625	40	(6)	34
Commodities	555	9	(7)	2
De Compra - Posição Vendida	**527.731**	**(1.587)**	**342**	**(1.245)**
Moeda Estrangeira	26.547	(802)	341	(461)
Mercado Interfinanceiro	376.482	(256)	(7)	(263)
Índices	123.221	(449)	50	(399)
Títulos	864	(49)	(27)	(76)
Commodities	617	(31)	(15)	(46)
De Venda - Posição Vendida	**580.988**	**(790)**	**(52)**	**(842)**
Moeda Estrangeira	16.715	(451)	(95)	(546)
Mercado Interfinanceiro	444.963	(196)	3	(193)
Índices	118.333	(71)	22	(49)
Títulos	825	(58)	7	(51)
Commodities	152	(14)	11	(3)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011
Contratos a Termo	**14.852**	**1.155**	**12**	**1.167**
Compras a Receber	**332**	**276**	**(1)**	**275**
Moeda Estrangeira	49	58	(1)	57
Prefixados	162	162	-	162
Pós-Fixados	54	54	-	54
Commodities	67	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	**7.263**	**(788)**	**21**	**(767)**
Moeda Estrangeira	6.934	(553)	19	(534)
Mercado Interfinanceiro	138	-	-	-
Prefixados	-	(165)	-	(165)
Pós-Fixados	-	(54)	-	(54)
Índices	1	-	-	-
Títulos	21	(3)	-	(3)
Commodities	169	(13)	2	(11)
Vendas a Receber	**7.146**	**2.122**	**(8)**	**2.114**
Moeda Estrangeira	5.240	265	(5)	260
Mercado Interfinanceiro	1	1	-	1
Prefixados	167	167	-	167
Pós-Fixados	267	267	-	267
Índices	16	16	-	16
Títulos	1.429	1.404	(2)	1.402
Commodities	26	2	(1)	1
Obrigações por Venda a Entregar	**111**	**(455)**	**-**	**(455)**
Moeda Estrangeira	55	(7)	-	(7)
Prefixados	-	(164)	-	(164)
Pós-Fixados	-	(267)	-	(267)
Commodities	56	(17)	-	(17)
Derivativos de Crédito	**6.972**	**456**	**28**	**484**
Posição Ativa	**4.002**	**567**	**13**	**580**
Moeda Estrangeira	21	-	1	1
Prefixados	3.764	661	12	673
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	217	(94)	3	(91)
Posição Passiva	**2.970**	**(111)**	**15**	**(96)**
Moeda Estrangeira	21	-	(1)	(1)
Prefixados	2.721	(111)	18	(93)
Títulos	228	-	(2)	(2)
Operações de Forwards	**21.033**	**(597)**	**(7)**	**(604)**
Posição Ativa	**7.516**	**796**	**-**	**796**
Moeda Estrangeira	6.412	212	-	212
Mercado Interfinanceiro	15	-	-	-
Prefixados	612	576	-	576
Pós-Fixados	477	8	-	8
Posição Passiva	**13.517**	**(1.393)**	**(7)**	**(1.400)**
Moeda Estrangeira	13.250	(814)	-	(814)
Mercado Interfinanceiro	11	-	-	-
Prefixados	-	(576)	(7)	(583)
Pós-Fixados	256	(3)	-	(3)
Outros Instrumentos Financeiros	**3.413**	**304**	**(81)**	**223**
Posição Ativa	**3.020**	**470**	**(45)**	**425**
Moeda Estrangeira	273	188	11	199
Títulos	2.747	282	(56)	226
Posição Passiva	**393**	**(166)**	**(36)**	**(202)**
Moeda Estrangeira	392	(166)	(36)	(202)
Commodities	1	-	-	-
	ATIVO	**9.432**	**184**	**9.616**
	PASSIVO	**(6.906)**	**101**	**(6.805)**
	TOTAL	**2.526**	**285**	**2.811**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2011
Futuros	139.078	131.564	55.941	49.386	375.969
Swaps	4.136	15.021	11.035	42.159	72.351
Opções	1.492.079	793.805	476.939	15.131	2.777.954
Termo	2.045	6.588	4.518	1.701	14.852
Derivativos de Crédito	84	1.125	566	5.197	6.972
Forwards	6.278	8.690	3.318	2.747	21.033
Outros	11	528	248	2.626	3.413

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos a Termo	**1.445**	**1.432**	**(27)**	**1.405**
Compras a Receber	**21**	**57**	**29**	**86**
Mercado Interfinanceiro	-	36	-	36
Pós-Fixados	21	21	29	50
Obrigações por Compra a Pagar	**-**	**(21)**	**(29)**	**(50)**
Vendas a Receber	**1.424**	**1.397**	**1**	**1.398**
Moeda Estrangeira	4	4	-	4
Índices	-			4
Títulos	1.419	1.392	1	1.393
Commodities	1	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar	**-**	**(1)**	**(28)**	**(29)**
Pós-Fixados	-	-	-	(29)
Derivativos de Crédito	**6.701**	**125**	**7**	**132**
Posição Ativa	**2.902**	**258**	**3**	**261**
Moeda Estrangeira	53	-	1	1
Prefixados	2.622	258	(2)	256
Títulos	227	-	-	4
Posição Passiva	**3.799**	**(133)**	**4**	**(129)**
Moeda Estrangeira	22	-	(1)	(1)
Prefixados	3.126	(133)	10	(123)
Títulos	651	-	(5)	(5)
Operações de Forwards	**36.958**	**(522)**	**22**	**(500)**
Posição Ativa	**13.832**	**597**	**15**	**612**
Moeda Estrangeira	13.121	548	8	556
Prefixados	3	1	-	1
Pós-Fixados	509	8	-	8
Commodities	199	40	7	47
Posição Passiva	**23.126**	**(1.119)**	**7**	**(1.112)**
Moeda Estrangeira	22.759	(1.097)	8	(1.089)
Mercado Interfinanceiro	27	27	(1)	(1)
Pós-Fixados	273	(3)	-	(3)
Commodities	67	(18)	(1)	(19)
Swap com Verificação				
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	**6**	**-**	**-**	**-**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceirc	**6**	**-**	**-**	**-**
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	**25**	**-**	**-**	**-**
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	**25**	**-**	**-**	**-**
Outros Instrumentos Financeiros	**3.755**	**626**	**(91)**	**535**
Posição Ativa	**3.395**	**785**	**(54)**	**731**
Moeda Estrangeira	259	189	5	194
Prefixados	698	375	2	377
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	2.438	221	(58)	163
Posição Passiva	**360**	**(159)**	**(37)**	**(196)**
Moeda Estrangeira	360	(159)	(37)	(183)
Índices	-	-	(13)	(13)
	ATIVO	**7.061**	**716**	**7.777**
	PASSIVO	**(5.621)**	**(50)**	**(5.671)**
	TOTAL	**1.440**	**666**	**2.106**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950
Termo	274	1.143	28	-	1.445
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6
Verificação de Swap	6	16	3	-	25
Outros	105	927	405	2.318	3.755

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	30/06/2011								31/12/2010
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo
ATIVO									
Futuros	**12**	**0,1**	**(7)**	**33**	**(8)**	**3**	**-**	**(9)**	**-**
BM&F Bovespa	19	0,2	(8)	44	(9)	3	(2)	(9)	-
Instituições Financeiras	(5)	(0,1)	-	(5)	-	-	-	-	-
Empresas	(2)	-	1	(6)	1	-	2	-	-
Prêmios de Opções	**1.908**	**19,8**	**623**	**455**	**319**	**432**	**74**	**5**	**1.752**
BM&F Bovespa	1.456	15,1	679	323	278	171	5	-	1.305
Instituições Financeiras	564	5,9	74	126	38	259	65	2	364
Empresas	(112)	(1,2)	(130)	6	3	2	4	3	83
Operações a Termo	**2.389**	**24,8**	**366**	**1.169**	**250**	**91**	**130**	**383**	**1.484**
BM&F Bovespa	1.418	14,7	215	1.090	100	13	-	-	1.398
Instituições Financeiras	114	1,2	96	1	2	15	-	-	86
Empresas	857	8,9	55	78	148	63	130	383	-
Swaps - Ajuste a Receber	**3.506**	**36,6**	**275**	**370**	**545**	**449**	**623**	**1.244**	**2.937**
BM&F Bovespa	283	2,9	18	2	40	47	37	139	271
Instituições Financeiras	523	5,4	54	91	51	25	70	232	441
Empresas	2.657	27,9	197	259	430	380	519	872	2.203
Pessoas Físicas	43	0,4	6	18	24	(3)	(3)	1	22
Derivativos de Crédito	**580**	**6,0**	**72**	**158**	**126**	**(9)**	**(18)**	**251**	**261**
Instituições Financeiras	493	5,1	72	182	126	-	1	112	77
Empresas	87	0,9	-	(24)	-	(9)	(19)	139	184
Forwards	**796**	**8,3**	**43**	**617**	**53**	**52**	**8**	**23**	**612**
Instituições Financeiras	688	7,2	32	590	22	38	-	6	151
Empresas	107	1,1	10	27	31	14	8	17	460
Pessoas Físicas	1	-	1	-	-	-	-	-	1
Outros	**425**	**4,4**	**-**	**149**	**1**	**11**	**44**	**220**	**731**
Instituições Financeiras	425	4,4	-	149	1	11	44	220	724
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Total (*)	**9.616**	**100,0**	**1.372**	**2.951**	**1.286**	**1.029**	**861**	**2.117**	**7.777**
% por prazo de vencimento			**14,3%**	**30,7%**	**13,4%**	**10,7%**	**9,0%**	**22,0%**	**100,0%**
31/12/2010	**7.777**	**100,0**	**1.145**	**2.026**	**574**	**1.314**	**753**	**1.965**	
% por prazo de vencimento			**14,7%**	**26,1%**	**7,4%**	**16,9%**	**9,7%**	**25,3%**	

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 6.638 (R$ 5.059 em 31/12/2010) refere-se a circulante e R$ 2.978 (R$ 2.718 em 31/12/2010) a não circulante.

	30/06/2011								31/12/2010
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo
PASSIVO									
Futuros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(55)**
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Prêmios de Opções	**(1.713)**	**25,2**	**(362)**	**(580)**	**(242)**	**(323)**	**(202)**	**(4)**	**(2.087)**
BM&F Bovespa	(1.300)	19,1	(332)	(537)	(179)	(111)	(141)	-	(1.677)
Instituições Financeiras	(399)	5,9	(28)	(41)	(60)	(200)	(54)	(16)	(299)
Empresas	(14)	0,2	(2)	(2)	(3)	(12)	(7)	12	(110)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Operações a Termo	**(1.222)**	**17,9**	**(110)**	**(104)**	**(240)**	**(179)**	**(196)**	**(393)**	**(79)**
Instituições Financeiras	(70)	1,0	(50)	(1)	(2)	(13)	(4)	-	(50)
Empresas	(1.152)	16,9	(60)	(103)	(238)	(166)	(192)	(393)	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar	**(2.172)**	**31,9**	**(107)**	**(76)**	**(502)**	**(183)**	**(519)**	**(785)**	**(2.013)**
BM&F Bovespa	(390)	5,7	(8)	(5)	(58)	(41)	(125)	(153)	(388)
Instituições Financeiras	(370)	5,4	(44)	(6)	(27)	(12)	(71)	(210)	(396)
Empresas	(1.393)	20,5	(55)	(64)	(413)	(120)	(319)	(422)	(1.170)
Pessoas Físicas	(19)	0,3	-	(1)	(4)	(10)	(4)	-	(59)
Derivativos de Crédito	**(96)**	**1,4**	**(5)**	**(3)**	**(1)**	**-**	**(2)**	**(85)**	**(129)**
Instituições Financeiras	(96)	1,4	(5)	(3)	(1)	-	(2)	(85)	(126)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Forwards	**(1.400)**	**20,6**	**(73)**	**(775)**	**(161)**	**(172)**	**(114)**	**(105)**	**(1.112)**
Instituições Financeiras	(1.297)	19,1	(69)	(700)	(154)	(160)	(109)	(105)	(629)
Empresas	(103)	1,5	(4)	(75)	(7)	(12)	(5)	-	(482)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros	**(202)**	**3,0**	**(1)**	**(85)**	**(4)**	**(1)**	**(44)**	**(67)**	**(196)**
Instituições Financeiras	(269)	4,0	(1)	(85)	(7)	(1)	(45)	(130)	(173)
Empresas	67	(1,0)	-	-	3	-	1	63	(23)
Total (*)	**(6.805)**	**100,0**	**(658)**	**(1.623)**	**(1.150)**	**(858)**	**(1.077)**	**(1.439)**	**(5.671)**
% por prazo de vencimento			**9,7%**	**23,9%**	**16,9%**	**12,6%**	**15,8%**	**21,1%**	**100,0%**
31/12/2010	**(5.671)**	**100,0**	**(1.113)**	**(837)**	**(586)**	**(1.408)**	**(743)**	**(984)**	
% por prazo de vencimento			**19,6%**	**14,8%**	**10,3%**	**24,8%**	**13,1%**	**17,4%**	

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (4.289) (R$ (3.944) em 31/12/2010) refere-se a circulante e R$ (2.516) (R$ (1.727) em 31/12/2010) a não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizado na Carteira de Derivativos

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Swap	621	(182)	915	(245)
Termo	12	8	82	9
Futuro	190	185	262	209
Opções	(16)	55	224	20
Derivativos de Crédito	25	15	59	9
Outros	(426)	322	(947)	273
Total	**406**	**403**	**595**	**275**

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco Holding compra e vende proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps, total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 30 de junho de 2011 o Itaú Unibanco Holding não vendeu proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	30/06/2011						31/12/2010
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo	Valor Justo
Por Instrumento							
CDS	2.962	901	690	981	390	**(89)**	**(121)**
TRS	8	-	-	8	-	**(7)**	**(8)**
Total por Instrumento	**2.970**	**901**	**690**	**989**	**390**	**(96)**	**(129)**
Por Classificação de Risco							
Grau de Investimento	2.970	901	690	989	390	**(96)**	**(129)**
Total por Risco	**2.970**	**901**	**690**	**989**	**390**	**(96)**	**(129)**
Por Entidade de Referência							
Entidades Privadas	2.970	901	690	989	390	**(96)**	**(129)**
Total por Entidade	**2.970**	**901**	**690**	**989**	**390**	**(96)**	**(129)**

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo *(notional)*. Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nacional dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco Holding atua como vendedor da proteção.

	30/06/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(2.962)	3.348	386
TRS	(8)	654	646
Total	**(2.970)**	**4.002**	**1.032**

	31/12/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(3.375)	2.902	(473)
TRS	(424)	-	(424)
Total	**(3.799)**	**2.902**	**(897)**

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Os montantes sempre são considerados como valores nominais.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O Itaú Unibanco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança, no valor justo do derivativo hipotético, é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período em que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Nossas estratégias de investimento líquido no exterior consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

O Itaú Unibanco aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Itaú Unibanco Holding adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que espera-se que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais:

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demostração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	47	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Swap de Taxa de Juros	(21)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-

(*) Em 30 Junho de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R$ 20:

Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Ganho ou (Perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DI	429	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Forward	(256)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(17)
NDF	(46)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	6

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto hedge em 31 de dezembro de 2010:

Estratégias	**Derivativos**		**Objeto de Hedge**
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	17.409	17	18.388
Hedge de ações preferências resgatáveis	614	(27)	614
Hedge de CDB subordinado	87	-	112
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	5.973	(11)	3.584

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R$ 3.

Em 30 Junho de 2011, o ITAU UNIBANCO HOLDING descontinuou operações de Hedge, com vencimento em 01/07/2011, gerando efeito no resultado de R$ 1.

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	715	7	-	722
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	6.451	58	(7)	6.502
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	3.251	84	-	3.335
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**5.893**	**5**	**(30)**	**5.868**
Estados Unidos	15	-	-	15
México	148	4	-	152
Dinamarca	3.270	-	-	3.270
Espanha	782	-	-	782
Coréia	295	-	-	295
Chile	581	1	(2)	580
Paraguai	415	-	(28)	387
Uruguai	373	-	-	373
Outros	14	-	-	14
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**22.555**	**1.853**	**(739)**	**23.669**
Ações Negociáveis	3.544	1.027	(144)	4.427
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.108	686	(579)	7.215
Certificado de Depósito Bancário	525	-	-	525
Debêntures	6.565	44	(1)	6.608
Euro Bonds e Assemelhados	3.838	96	(15)	3.919
Notas Promissórias	673	-	-	673
Outros	302	-	-	302
TOTAL	**38.865**	**2.007**	**(776)**	**40.096**

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R$ 29, b) R$ 2.146, c) R$ 147 e d) R$ 1.142.

	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	756	14	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	9.949	130	-	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.584	181	(45)	4.720
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**4.736**	**4**	**(181)**	**4.559**
Estados Unidos	679	-	-	679
Dinamarca	2.108	-	(92)	2.016
Espanha	777	-	(43)	734
Coréia	262	-	(26)	236
Chile	454	1	(2)	453
Paraguai	272	2	(18)	256
Uruguai	184	1	-	185
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**23.224**	**1.734**	**(547)**	**24.411**
Ações Negociáveis	4.248	1.395	(519)	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.799	190	(14)	6.975
Certificado de Depósito Bancário	559	-	-	559
Debêntures	6.597	40	(3)	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3.745	109	(11)	3.843
Notas Promissórias	1.265	-	-	1.265
Outros	11	-	-	11
TOTAL	**43.249**	**2.063**	**(773)**	**44.539**

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2010 eram: a) R$ 3.396, b) R$ 3.267, c) R$ 14 e d) R$ 2.149.

Ganhos e Perdas Realizados

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	159	14	376	119
Perdas	(39)	(18)	(72)	(34)
Total	**120**	**(4)**	**304**	**85**

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2011		31/12/2010
	Custo/ Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	**14.234**	**15.245**	**19.566**
Sem vencimento	4.257	5.146	5.894
Até um ano	9.977	10.099	13.672
Não Circulante	**24.631**	**24.851**	**24.973**
De um a cinco anos	11.836	12.231	12.228
De cinco a dez anos	7.584	7.589	7.400
Após dez anos	5.211	5.031	5.345
Total	**38.865**	**40.096**	**44.539**

Durante o período findo em 30/06/2011 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.757	2.764
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	211	226
Títulos Públicos - Outros Países	-	16
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	**173**	**164**
Debêntures	32	30
Euro Bonds e Assemelhados	136	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	4
Total	**3.141**	**3.170**

(1) Os Ativos Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/06/2011 eram: a) R$ 140 e b) R$ 111 (R$ 268 em 31/12/2010).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	**202**	**284**
Até um ano	202	284
Não Circulante	**2.939**	**2.886**
De um a cinco anos	251	344
De cinco a dez anos	1.050	77
Após dez anos	1.638	2.465
Total	**3.141**	**3.170**

Durante o período findo em 30/06/2011 não reconhecemos Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Crédito

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	30/06/2011	31/12/2010
Pessoas Físicas	**136.261**	**125.415**
Cartão de Crédito	34.555	33.041
Crédito Pessoal	30.120	23.681
Veículos	60.602	60.627
Crédito Imobiliário	10.984	8.066
Grandes Empresas	**80.514**	**76.583**
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**86.019**	**79.950**
Unidades Externas América Latina	**14.703**	**13.539**
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**317.497**	**295.487**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.898	19.994
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**295.599**	**275.493**

Por setor do devedor	30/06/2011	31/12/2010
Setor Público	1.570	1.138
Indústria e Comércio	92.303	84.997
Serviços	63.302	60.295
Setor Primário	13.946	13.933
Outros Setores	2.898	2.185
Pessoa Física	143.478	132.939
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**317.497**	**295.487**

Por vencimento	30/06/2011	31/12/2010
Vencidas a partir de 1 dia	13.536	12.229
A vencer até 3 meses	88.929	82.609
A vencer de 3 a 12 meses	80.274	77.354
A vencer acima de um ano	134.758	123.295
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**317.497**	**295.487**

Por Concentração	30/06/2011	31/12/2010
Principal Devedor	1.609	1.620
10 Maiores Devedores	11.114	11.313
20 Maiores Devedores	18.293	18.313
50 Maiores Devedores	32.054	31.831
100 Maiores Devedores	43.173	42.949

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação

Composição de saldo de Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 30/06/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 30/06/2011	Saldo Final 30/06/2011
Pessoas Físicas	**10.618**	**(4.243)**	**5.372**	**11.747**
Cartão de Crédito	3.306	(1.430)	1.257	3.133
Crédito Pessoal	3.492	(1.684)	2.655	4.463
Veículos	3.709	(1.103)	1.450	4.056
Crédito Imobiliário	111	(26)	10	95
Grandes Empresas	**1.071**	**(141)**	**(86)**	**844**
Micros/Pequenas e Médias	**8.041**	**(3.263)**	**4.302**	**9.080**
Unidades Externas e América Latina	**264**	**(84)**	**47**	**227**
Total	**19.994**	**(7.731)**	**9.635**	**21.898**

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade de nossos clientes:

	30/06/2011	31/12/2010
Setor Público	2	16
Indústria e Comércio	6.220	5.658
Serviços	3.325	3.020
Setor Primário	268	318
Outros Setores	134	123
Pessoa Física	11.949	10.859
Total	**21.898**	**19.994**

O Itaú Unibanco avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos. (Nota 2.4f VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/06/2011						31/12/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Impairment Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas	**847**	**490**	**79.667**	**354**	**80.514**	**844**	**884**	**394**	**75.699**	**677**	**76.583**	**1.071**
II - Operações Impairment Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	**8.790**	**5.257**	**127.471**	**6.490**	**136.261**	**11.747**	**8.086**	**4.839**	**117.329**	**5.780**	**125.415**	**10.619**
Cartão de Crédito	2.675	1.545	31.880	1.588	34.555	3.133	2.411	1.458	30.630	1.848	33.041	3.306
Crédito Pessoal	2.488	1.582	27.632	2.881	30.120	4.463	2.195	1.380	21.486	2.112	23.681	3.492
Veículos	3.486	2.092	57.116	1.964	60.602	4.056	3.315	1.938	57.312	1.771	60.627	3.709
Crédito Imobiliário	141	38	10.843	57	10.984	95	165	63	7.901	49	8.066	112
Micro / Pequenas e Médias Empresa	**5.842**	**4.029**	**80.177**	**5.051**	**86.019**	**9.080**	**4.856**	**3.412**	**75.094**	**4.629**	**79.950**	**8.041**
Unidades Externas América Latina	**85**	**45**	**14.618**	**182**	**14.703**	**227**	**52**	**35**	**13.487**	**228**	**13.539**	**263**
Total	**15.564**	**9.821**	**301.933**	**12.077**	**317.497**	**21.898**	**13.878**	**8.680**	**281.609**	**11.314**	**295.487**	**19.994**

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

	30/06/2011			31/12/2010
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Valor Presente
Circulante	**17.737**	**(1.225)**	**16.512**	**17.415**
Até 1 ano	17.737	(1.225)	16.512	17.415
Não Circulante	**23.424**	**(7.288)**	**16.136**	**20.869**
Entre 1 e 5 anos	23.140	(7.204)	15.936	20.100
Acima de 5 anos	284	(84)	200	769
Total	**41.161**	**(8.513)**	**32.648**	**38.284**

NOTA 12 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

a) Composição

	% de participação em 30/06/2011		30/06/2011					31/12/2010		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.603	98	1.997	25	2.389	1.967	107	2.782
Banco BPI S.A. (b)	19,01	19,01	2.262	(1.105)	430	(210)	430	682	75	524
Serasa S.A.	16,14	16,14	1.660	167	268	27	-	256	65	-
Outros (c)	-	-	-	-	40	27	-	42	35	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.735**	**(131)**	**-**	**2.947**	**282**	**-**

(a) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R$ 880 em 30 de junho de 2011 e de R$ 896 em 31 de dezembro de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) Em 30/06/2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R$ 236.

(c) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/06/2011	31/12/2010
Total de Ativos	104.184	118.236
Total de Passivos	96.981	112.409
Total de Receitas	3.611	16.301
Total de Despesas	(3.228)	(15.039)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais o Itaú Unibanco Holding esteja significativamente exposto.

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R$ 281 (R$ 210 em 31/12/2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/06/2011	31/12/2010
Circulante - Menos de 01 ano	188	129
Não Circulante - De 1 a 5 anos	94	83
Total de pagamento mínimos futuros	**282**	**212**
Juros futuro	1	2
Valor Presente	**281**	**210**

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O Itaú Unibanco Holding aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
Circulante	**494**	**823**
Até 1 ano	494	823
Não Circulante	**3.463**	**3.311**
De 1 a 5 anos	2.745	2.571
Mais de 5 anos	718	740
Total de Pagamento Mínimos Futuros	**3.957**	**4.134**

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 01/01/2011			Movimentações				Saldo em 30/06/2011		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO		**3.366**	**(1.522)**	**1.844**	**22**	**(17)**	**(49)**	**(15)**	**3.324**	**(1.540)**	**1.784**
Terrenos	-	1.045	-	1.045	-	(13)	-	4	1.036	-	1.036
Edificações	4	2.321	(1.522)	799	22	(4)	(49)	(19)	2.288	(1.540)	748
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		**8.017**	**(5.060)**	**2.957**	**683**	**(48)**	**(520)**	**(1)**	**8.225**	**(5.154)**	**3.071**
Benfeitorias	10	1.109	(484)	625	94	-	(107)	5	1.139	(522)	617
Instalações de Uso	10 a 20	770	(503)	267	74	-	(25)	7	850	(528)	322
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	862	(430)	432	70	(17)	(31)	(18)	866	(431)	435
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	4.746	(3.342)	1.404	425	(27)	(332)	5	4.836	(3.359)	1.477
Outros	10 a 20	530	(301)	229	20	(4)	(25)	-	534	(314)	220
TOTAL IMOBILIZADO		**11.383**	**(6.582)**	**4.801**	**705**	**(65)**	**(569)**	**(16)**	**11.549**	**(6.694)**	**4.855**

(*) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilzados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O ativo é depreciado pelo método linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Esses contratos montam R$ 228 em 30 junho de 2011 (R$ 28 em 30 de junho de 2010).

NOTA 15 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	01/01/2011			Movimentações					30/06/2011		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Distratos	Despesa de Amortização	Redução a Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	**(2)**	**2.415**	**(1.285)**	**1.130**	**83**	**(5)**	**(313)**	**(12)**	**(5)**	**2.389**	**(1.511)**	**878**
Outros Ativos Intangiveis		**2.769**	**(966)**	**1.803**	**649**	**-**	**(186)**	**(4)**	**(16)**	**3.281**	**(1.035)**	**2.246**
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	(2)	1.171	(56)	1.115	32	-	(61)	(4)	(1)	1.165	(84)	1.081
Gastos com Aquisição de Software	20	1.327	(795)	532	186	-	(100)	-	(6)	1.438	(826)	612
Custo Softwares Desenvolvidos para Uso Interno	(2)	-	-	-	131	-	-	-	-	131	-	131
Outros Ativos Intangiveis	10 a 20	271	(115)	156	300	-	(25)	-	(9)	547	(125)	422
INTANGIVEL		**5.184**	**(2.251)**	**2.933**	**732**	**(5)**	**(499)**	**(16)**	**(21)**	**5.670**	**(2.546)**	**3.124**

(1) Nota 2.4.k;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

NOTA 16 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/06/2011			31/12/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósitos Remunerados	**122.422**	**62.029**	**184.451**	**114.017**	**63.134**	**177.151**
Depósitos a Prazo	59.935	61.705	121.640	53.522	62.894	116.416
Depósitos Interfinanceiros	2.478	324	2.802	1.689	240	1.929
Depósitos para Investimento	-	-	-	906	-	906
Depósito de Poupança	60.009	-	60.009	57.900	-	57.900
Depósitos não Remunerados	**24.463**	**-**	**24.463**	**25.537**	**-**	**25.537**
Depósitos à Vista	24.230	-	24.230	25.349	-	25.349
Outros Depósitos	233	-	233	188	-	188
Total	**146.885**	**62.029**	**208.914**	**139.554**	**63.134**	**202.688**

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		
Notas Estruturadas	727	1.335
Total	**727**	**1.335**

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R$ (607) (R$ (47) em 31/12/2010).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2011 e 31/12/2010.

NOTA 18 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Mercados Aberto e Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/06/2011			31/12/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Mercado Aberto	**109.052**	**88.812**	**197.864**	**122.445**	**77.212**	**199.657**
Interbancário	**39.003**	**34.325**	**73.328**	**32.551**	**30.048**	**62.599**
Letras Hipotecárias	36	217	253	48	254	302
Letras de Crédito Imobiliário	10.044	1.306	11.350	8.259	477	8.736
Letras de Crédito do Agronegócio	769	1.492	2.261	2.660	114	2.774
Letras Financeiras	566	5.089	5.655	-	2.466	2.466
Financiamento à Importação e à Exportação	15.887	2.530	18.417	11.815	3.640	15.455
Repasses no país	10.586	23.691	34.277	9.769	21.920	31.689
Outros	1.115	-	1.115	-	1.177	1.177

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	5,50% a 17,35%	0,35% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	102,5% a 112,75% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	20% a 100% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,78% a 105,25% CDI	1,25% a 12,75%
Repasses no País	1,50% a 15%	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos a vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 5,50% a 17,35%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/06/2011			31/12/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Dívida Subordinada	9.154	28.673	37.827	979	33.508	34.487
Obrigações por Emissão de Debêntures	29	1.013	1.042	293	1.091	1.384
Obrigações por TVM no Exterior	5.844	5.139	10.983	2.659	5.983	8.642
Total	**15.027**	**34.825**	**49.852**	**3.931**	**40.582**	**44.513**

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IGPM + 7,35%	3,04% a 10%
Obrigações por Emissão de Debêntures	100% CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,04% a 9,5%	1,16% a 11,00%

IGPM e IPCA são índices de inflação.

NOTA 19 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2011	31/12/2010
Financeiros	**37.700**	**40.733**
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	13.891	18.062
Operações de Seguros e Resseguros	3.559	3.092
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	11.751	11.025
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	1.663	1.874
Negociação e Intermediação de Valores	3.055	3.079
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31c)	1.663	1.784
Serviços Prestados a Receber	1.205	1.141
Valores a Receber do (FCVS) - Fundo para Compensação de Variações Salariais	632	577
Operações sem Características de Concessão de Crédito	281	99
Não Financeiros	**6.231**	**5.851**
Despesas Antecipadas	2.638	2.326
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28b e c)	1.620	1.536
Diversos no País	1.035	1.298
Diversos no Exterior	117	88
Outros	821	603

b) Outros Passivos

	30/06/2011	31/12/2010
Financeiros	**36.575**	**41.012**
Operações com Cartões de Crédito	32.202	37.308
Carteira de Câmbio	589	320
Negociação e Intermediação de Valores	3.423	3.099
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 13a)	281	210
Recursos de Consorciados	80	75
Não Financeiros	**27.843**	**16.022**
Cobrança e Arrecadação de Tibutos e Assemelhados	9.385	694
Credores Diversos no País	1.010	848
Recursos em Trânsito	7.008	5.130
Provisão para Pagamentos Diversos	2.221	2.306
Sociais e Estatutárias	2.751	3.156
Relativas a Operações de Seguros	802	753
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.636	735
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28b e d)	230	228
Provisão de Pessoal	1.267	1.040
Provisão para Seguro Saúde	615	606
Rendas Antecipadas	721	307
Outros	197	219

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	30/06/2011			31/12/2010		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Outros Ativos Financeiros	29.943	7.757	37.700	27.347	13.386	40.733
Outros Ativos não Financeiros	4.701	1.530	6.231	3.509	2.342	5.851
Outros Passivos Financeiros	36.481	94	36.575	40.904	108	41.012
Outros Passivos não Financeiros	27.254	589	27.843	15.794	228	16.022

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 4.570.936.219 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.475 ações ordinárias e 2.281.649.744 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R$ 45.000 (R$ 45.000 em 31/12/2010), sendo R$ 31.690 (R$ 31.547 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no Brasil e R$ 13.310 (R$ 13.453 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início e final do período:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País	2.284.467.877	934.459.627	3.218.927.504	
Residentes no Exterior	4.818.598	1.347.190.117	1.352.008.715	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	**2.289.286.475**	**2.281.649.744**	**4.570.936.219**	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	**2.202**	**26.566.015**	**26.568.217**	**(628)**
Aquisições de Ações		15.500.000	15.500.000	(558)
Exercidas - Outorga de Opções - Simples e Bonificadas		(3.622.788)	(3.622.788)	75
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações		(2.178.337)	(2.178.337)	64
Ações em Tesouraria em 30/06/2011 (*)	**2.202**	**36.264.890**	**36.267.092**	**(1.047)**
Em Circulação em 30/06/2011	**2.289.284.273**	**2.245.384.854**	**4.534.669.127**	
Em Circulação em 31/12/2010	**2.289.284.273**	**2.255.083.729**	**4.544.368.002**	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo são discriminados os custos das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em 30/06/2011:

Custo / Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	34,69
Médio ponderado	-	36,00
Máximo	-	37,40
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	23,66
Valor de Mercado em 30/06/2011	32,09	38,90

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,012 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 24/04/2009. No período foi creditado aos acionistas o valor de R$ 273.

De acordo com o IAS 1 e IAS 10, os dividendos e juros sobre capital próprio propostos como mínimo obrigatório de 25% do lucro, estão provisionados e totalizam R$ 1.097 – R$ 0,2420 por ação, sendo R$ 54 – R$ 0,012 por ação como dividendos e R$ 1.227 – R$ 0,2706 por ação como juros sobre capital próprio que líquido do imposto de renda na fonte totaliza R$ 1.043.

c) Capital Adicional Integralizado

O capital adicional integralizado corresponde à: (i) diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	30/06/2011	31/12/2010
RESERVAS DE CAPITAL (1)	**285**	**285**
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
RESERVAS DE LUCROS	**19.527**	**16.619**
Legal (2)	3.542	3.254
Estatutárias	15.985	13.365
Equalização Dividendos (3)	2.393	3.403
Reforço do Capital de Giro (4)	5.696	3.963
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	7.896	5.999
Total das Reservas na Controladora	**19.812**	**16.904**

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade;

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas;

e) Reservas à Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do Itaú Unibanco Holding.

NOTA 21 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o "período de carência" para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações ("Instrumentos Baseados em Ações"). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R$1)	Opções Exercidas: Preço de Exercício Médio Ponderado	Opções Exercidas: Valor de Mercado Médio Ponderado	Quantidade de Ações: Saldo Anterior 31/12/2010	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo a Exercer em 30/06/2011	Saldo a Exercer em 30/06/2010
Opções Simples												
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	273.943	-	438.999	1.579.067
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	12.650	-	12.650	-	-	12.650
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	2.877.600	-	1.362.125	-	1.515.475	4.273.630
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,27	37,05	27.500	-	27.500	-	-	27.500
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	11.357	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	17,90	39,15	16.389	-	16.389	-	-	203.402
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	75.901	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-	29.518
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	-	-	52.710	-	-	-	52.710	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	-	-	12.650	-	12.650	-	-	25.300
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,20	37,51	8.025.250	-	938.725	-	7.086.525	9.300.284
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	15.867	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	874.167	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	29.518	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	25.301	25.301
Total de Opções a Exercer					**20,79**	**37,22**	**12.875.221**	**-**	**2.643.982**	**105.419**	**10.125.820**	**16.612.073**
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	52.707	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	21.083	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	106.425	7.933.175	9.177.025
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	30.649	-	-	-	30.649	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	29.514	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	29.551	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	1.427.659	9.418.828	11.485.485
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	20.625	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	25.300	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,46	36,57	15.067.330	-	94.850	83.490	14.888.990	16.749.610
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	45.954	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223	6.258.877
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	12.082	1.194.258	1.290.289
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	9.863.110	-	-	9.863.110	-
Total de Opções em Aberto					**33,50**	**36,87**	**42.242.233**	**9.863.110**	**602.225**	**1.704.042**	**49.799.076**	**45.409.778**
Total de Opções Simples					**23,15**	**37,16**	**55.117.454**	**9.863.110**	**3.246.207**	**1.809.461**	**59.924.896**	**62.021.851**
Opções dos Sócios												
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906	420.451
Total de Opções a Exercer						**37,22**	**416.487**	**-**	**376.581**	**-**	**39.906**	**420.451**
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	11.687	478.937	497.496
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023	754.840
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	12.577	316.604	339.717
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	16.016	399.914	419.893
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	33.483	343.433	-
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711	-
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717	-
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	22.255	467.871	496.998
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	61.009	1.879.978	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	10.121	1.575.420	-
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604	754.086
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	33.483	343.393	-
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152	-
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712	-
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	62.161	1.878.790	-
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	10.360	1.575.137	-
Total de Opções em Aberto					**-**	**-**	**8.789.308**	**3.171.038**	**-**	**390.585**	**11.569.761**	**3.455.395**
Total Opções dos Sócios					**-**	**37,22**	**9.205.795**	**3.171.038**	**376.581**	**390.585**	**11.609.667**	**3.875.846**
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					**23,15**	**37,16**	**64.323.249**	**13.034.148**	**3.622.788**	**2.200.046**	**71.534.563**	**65.897.697**

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples e Black Scholes para as opções bonificadas. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Simples								
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	5,80%	30,53%
Opções Bonificadas (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	31,83	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R$ 80 (R$ 56 de 01/01 a 30/06/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	155
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(139)
Efeito na Venda (*)	16

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

NOTA 22 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Depósitos Compulsórios no Banco Central	2.285	1.053	4.349	1.231
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	205	203	403	419
Aplicações em Mercado Aberto	2.475	2.290	4.890	5.040
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.284	1.639	7.345	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	503	822	1.323	1.663
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	75	110	193	201
Operações de Crédito	14.170	12.559	27.706	24.366
Outros Ativos Financeiros	236	209	487	426
Total	**24.233**	**18.885**	**46.696**	**36.586**

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Despesas de Operações Compromissadas	(6.011)	(3.593)	(11.048)	(6.816)
Depósitos	(3.760)	(2.947)	(7.300)	(5.734)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.125)	(610)	(2.315)	(1.480)
Recursos de Mercados Interbancários	(551)	(292)	(1.171)	(1.117)
Recursos de Mercados Institucionais	(599)	(498)	(1.214)	(1.085)
Total	**(12.046)**	**(7.940)**	**(23.048)**	**(16.232)**

c) Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação incluindo Derivativos	(445)	70	(344)	279
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	4	5	10	11
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	120	(4)	304	85
Total	**(321)**	**71**	**(30)**	**375**

NOTA 23 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Serviços de Contas Correntes	1.300	1.065	2.433	2.070
Taxas de Administração	663	630	1.332	1.249
Comissões de Cobrança	231	264	489	517
Comissões de Cartões de Crédito	1.799	1.568	3.484	3.047
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	345	361	684	716
Comissão de Corretagem	125	142	246	276
Outros	252	216	494	395
Total	**4.715**	**4.246**	**9.162**	**8.270**

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	106	14	125	33
Recuperação de Despesas	23	28	58	105
Reversão de Provisões	(40)	168	210	304
Outros	212	161	354	683
Total	**301**	**371**	**747**	**1.125**

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Despesas de Pessoal	**(3.184)**	**(3.084)**	**(6.371)**	**(6.062)**
Remuneração	(1.995)	(2.021)	(4.056)	(3.755)
Encargos	(550)	(519)	(1.072)	(1.031)
Benefícios Sociais	(313)	(393)	(709)	(758)
Desligamentos	(280)	(194)	(477)	(387)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria (Nota 28)	25	71	63	(40)
Benefício Definido	17	1.021	56	(40)
Contribuição Definida	8	(950)	7	-
Plano de Opções de Ações	-	25	-	(1)
Treinamento	(71)	(53)	(120)	(90)
Despesas Administrativas	**(3.038)**	**(2.929)**	**(5.931)**	**(5.505)**
Processamento de Dados e Telecomunicações	(880)	(737)	(1.704)	(1.452)
Serviços de Terceiros	(753)	(639)	(1.430)	(1.235)
Instalações	(235)	(304)	(419)	(504)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(223)	(328)	(443)	(532)
Despesas de Aluguéis	(233)	(203)	(460)	(417)
Transportes	(144)	(142)	(283)	(278)
Materiais	(111)	(106)	(219)	(188)
Despesas com Serviços Financeiros	(91)	(135)	(226)	(238)
Segurança	(119)	(110)	(240)	(211)
Concessionárias de Serviços Públicos	(72)	(70)	(153)	(144)
Despesas de Viagem	(47)	(40)	(87)	(69)
Outros	(130)	(115)	(267)	(237)
Depreciação	**(287)**	**(305)**	**(569)**	**(552)**
Amortização	**(245)**	**(235)**	**(486)**	**(478)**
Despesas de Comercialização de Seguros	**(608)**	**(625)**	**(1.245)**	**(1.280)**
Outras Despesas	**(1.552)**	**(1.505)**	**(3.384)**	**(2.661)**
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(453)	(397)	(1.033)	(715)
Reembolso relativo à Aquisições	(18)	(20)	(108)	(69)
Perdas com fraudes com Terceiros	(177)	(165)	(332)	(285)
Prejuízo na venda de bens não de uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(39)	(65)	(73)	(131)
Liquidação de Contingências	(580)	(606)	(1.212)	(984)
Outros	(285)	(252)	(626)	(477)
Total	**(8.914)**	**(8.683)**	**(17.986)**	**(16.538)**

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Itaú Unibanco Holding e cada uma de suas subsidiárias apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido, que é um tributo sobre o lucro adicional ao imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.429**	**4.336**	**9.805**	**8.696**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 m)	(1.772)	(1.733)	(3.922)	(3.477)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	**847**	**609**	**1.250**	**1.282**
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, líquido	(78)	30	(52)	58
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	(294)	(55)	(456)	91
Juros sobre o Capital Próprio	420	385	838	751
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incent. Fiscais	116	80	187	167
Outras (*)	683	169	733	215
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(925)**	**(1.124)**	**(2.672)**	**(2.195)**

(*) Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização Reversão	Constituição	30/06/2011
Refletido no Resultado	**25.536**	**(5.532)**	**6.418**	**26.422**
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2.998	(747)	1.050	3.301
Créditos de Liquidação Duvidosa	10.423	(2.152)	3.366	11.637
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	22	(22)	19	19
Ágio na Aquisição do Investimento	5.905	(732)	-	5.173
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.313	(55)	49	1.307
Provisões para Passivos Contingentes	2.418	(464)	730	2.684
Ações Cíveis	1.038	(164)	234	1.108
Ações Trabalhistas	884	(253)	341	972
Fiscais e Previdenciárias	462	(40)	155	577
Outros	34	(7)	-	27
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	47	(45)	2	4
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	242	-	3	245
Outros	2.168	(1.314)	1.199	2.053
Refletida no Patrimônio Líquido	**132**	**(91)**	**-**	**41**
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	132	(91)	-	41
Total (*)	**25.668**	**(5.623)**	**6.418**	**26.463**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 19.804 (R$ 19.918 em 31/12/2010) e R$ 4.134 (R$ 5.374 em 31/12/2010).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2011
Refletido no Resultado	**10.403**	**(1.578)**	**1.454**	**10.279**
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	8.295	(1.148)	981	8.128
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	43	-	8	51
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	43	(1)	10	52
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	264	(264)	153	153
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	701	(52)	130	779
Planos de Pensão	543	-	123	666
Outros	514	(113)	49	450
Refletida no Patrimônio Líquido	**721**	**(231)**	**24**	**514**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	721	(231)	24	514
Total (*)	**11.124**	**(1.809)**	**1.478**	**10.793**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 19.804 (R$ 19.918 em 31/12/2010) e R$ 4.134 (R$ 5.371 em 31/12/2010).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	6.675	924	7.599	(1.889)	5.710
2012	4.583	1.614	6.198	(2.324)	3.874
2013	4.373	652	5.025	(2.602)	2.423
2014	2.448	56	2.504	(1.736)	768
2015	2.746	34	2.781	(1.131)	1.649
Acima de 2015	2.337	20	2.356	(1.111)	1.245
Total	**23.162**	**3.301**	**26.463**	**(10.793)**	**15.670**
Valor Presente (*)	**20.425**	**3.057**	**23.482**	**(9.413)**	**14.069**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do Itaú Unibanco Holding pelo número médio de ações durante o períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido	**3.322**	**3.005**	**6.795**	**6.092**
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo nossos estatutos	(50)	(50)	(50)	(50)
Subtotal	**3.272**	**2.955**	**6.745**	**6.042**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)	(50)	(50)
Subtotal	**3.222**	**2.905**	**6.695**	**5.992**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.625	1.466	3.373	3.027
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.597	1.439	3.322	2.965
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**1.675**	**1.516**	**3.423**	**3.077**
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**1.647**	**1.489**	**3.372**	**3.015**
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.289.284.273	2.287.784.273	2.289.284.273	2.288.284.273
Ações Preferenciais	2.250.828.771	2.244.229.950	2.254.395.359	2.242.406.040
Lucro por Ação - Básico - R$				
Ações Ordinárias	0,73	0,66	1,50	1,34
Ações Preferenciais	0,73	0,66	1,50	1,34

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**1.647**	**1.489**	**3.372**	**3.015**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	5	5	9	7
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	**1.652**	**1.494**	**3.381**	**3.022**
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**1.675**	**1.516**	**3.423**	**3.077**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(5)	(5)	(9)	(7)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	**1.670**	**1.511**	**3.414**	**3.070**
Media Ponderada Ajustada de Ações				
Ações Ordinárias	2.289.284.273	2.287.784.273	2.289.284.273	2.288.284.276
Ações Preferenciais	2.263.480.854	2.259.394.144	2.266.032.374	2.252.770.682
Ações Preferenciais	2.250.828.771	2.244.229.950	2.254.395.359	2.242.406.040
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo nosso Plano de Outorga de Opções de Ações	12.652.083	15.164.194	11.637.015	10.364.642
Lucro por Ação Diluído - R$				
Ações Ordinárias	0,73	0,66	1,49	1,34
Ações Preferenciais	0,73	0,66	1,49	1,34

As ações potencialmente anti-dilutivas de nosso plano de opções de ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 8.665.281 ações preferenciais em 30/06/2011 e 3.732.445 ações preferenciais em 30/06/2010.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do IAS 19, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;
(2) Plano de modalidade de contribuição variável;
(3) Plano de modalidade de contribuição definida;
(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto (1)	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) Na apuração dos valores na data base 01/01/2010 adotou-se taxa de desconto de 10,24%a.a.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 1,2 % a.a. na experiência 2003/2004;

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição 30/06/2011	Posição 31/12/2010	% Alocação		
			30/06/2011	31/12/2010	Meta 2011
Títulos de Renda Fixa	10.198	9.818	87,58%	87,43%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.051	1.005	9,03%	8,95%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	11	0,12%	0,10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	4	4	0,03%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	349	368	3,00%	3,28%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	24	23	0,21%	0,20%	0% a 5%
Outros Realizaveis	4	-	0,03%	-	0% a 3%
Total	**11.644**	**11.229**	**100,00%**	**100,00%**	

Os Ativos do Plano de Benefício Definido incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R$ 478 (R$ 542 em 31/12/2010), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 299 (R$ 309 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas de retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamentro do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	30/06/2011	31/12/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.644	11.229
2- Passivos Atuariais	(10.107)	(9.871)
3- Superveniência (1-2)	**1.537**	**1.358**
4- Restrição do Ativo (*)	(1.216)	(1.114)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	321	244
Valor Reconhecido no Ativo	444	367
Valor Reconhecido no Passivo	(123)	(123)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do beneficio econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	30/06/2011			31/12/2010		
	Ativo Liquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Liquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	**11.229**	**(9.871)**	**1.358**	**14.817**	**(11.233)**	**3.584**
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	673	-	673	1.342	-	1.342
Custo Serviço Corrente	-	(47)	(47)	-	(87)	(87)
Custo dos Juros	-	(467)	(467)	-	(943)	(943)
Benefícios Pagos	(280)	280	-	(568)	568	-
Contribuições Patrocinadora	16	-	16	42	-	42
Contribuições Participantes	4	-	4	40	-	40
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	2	(2)	-	703	(886)	(183)
Valor Presente Final do Período	**11.644**	**(10.107)**	**1.537**	**11.229**	**(9.871)**	**1.358**

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaubanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaubanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaubanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaubanco CD.
(2) Os ganhos apresentados no Ativo Liquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.
(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R$ 675 (R$ 2.045 em 31/12/2010).

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	30/06/2011	30/06/2010
Custo do Serviço Corrente	(47)	(44)
Custo de Juros	(467)	(501)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	673	742
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeito na restrição do Ativo	(107)	1.990
Ganho/(Perda) no Período	-	(22)
Contribuições de Participantes	4	17
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício	**56**	**(255)**

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R$ 16 (R$ 42 em 31/12/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R$ 37.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdênciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido no ativo é de R$ 1.176 (R$ 1.169 em 31/12/2010).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição definidas inclui os seguintes componentes para:

	30/06/2011	30/06/2010
Efeito cisão parcial do PAC	**-**	1.477
Aportes/Contribuições	(74)	(44)
Ganho/Perda Atuarial	(1)	-
Efeito na Restrição do Ativo	82	(458)
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Exercício	**7**	**975**

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R$ 93 (R$ 63 em 30/06/2010), sendo R$ 74 (R$ 44 em 30/06/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do Itaú Unibanco Holding, são os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
No Início do Período	(105)	(100)
Custo de Juros	(5)	(10)
Benefícios Pagos	3	5
No Final do Período	**(107)**	**(105)**

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêem e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras Itaú Unibanco Holding, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;

- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Indices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Vida em Grupo	40,4	40,6	11,3	13,0
Garantia Estendida	20,6	18,7	65,8	69,3
Acidentes Pessoais Coletivo	8,1	8,8	46,6	40,5
Prestamista	23,0	26,1	26,0	28,1
DPVAT	86,9	87,5	1,5	1,4
Riscos Diversos	4,0	16,5	59,2	46,0
Acidentes Pessoais Individual	23,9	29,9	13,8	16,9
Compreensivo Empresarial	49,4	45,0	14,9	25,4
Transporte Nacional	59,2	65,2	20,0	14,8
Risco Civil Geral	30,9	54,7	6,9	13,1

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
VGBL	2.382	1.523	4.522	3.012
Garantia Estendida	327	289	673	507
PGBL	314	339	655	629
Vida	254	277	540	578
Acidentes Pessoais	154	138	322	304
Prestamista	124	91	227	191
DPVAT	78	59	176	182
Tradicionais	100	32	170	180
Demais Ramos	436	359	752	710
	4.169	**3.107**	**8.037**	**6.293**

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;

- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;

- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;

- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;

- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;

- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;

- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;

- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;

- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

	30/06/2011				31/12/2010
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Total
Saldo Inicial	**5.527**	**18.434**	**32.903**	**56.864**	**48.297**
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	7.228	815	4.494	12.536	20.457
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(6.866)	-	-	(6.866)	(11.889)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.305)	(60)	(3)	(1.368)	(1.598)
(+) Sinistros Avisados	1.086	-	-	1.086	2.029
(-) Resgates	(2)	(484)	(1.768)	(2.254)	(4.199)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	129	6	135	(41)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	782	1.412	2.195	3.847
(+/-) Outras (constituição/reversão)	437	90	(74)	453	(40)
Provisão de Seguros e Previdência Privada	**6.104**	**19.706**	**36.970**	**62.780**	**56.864**

De acordo com a nota 29f, foi constituída provisão adicional no montante de R$ 22 em 2010 que foi complementada em 2011 com mais R$ 2.

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	20	30	55.344	50.070	55.364	50.100
Prêmios não Ganhos	2.824	2.465	-	-	2.824	2.465
Sinistros a Liquidar	2.253	2.163	-	-	2.253	2.163
Excedente Financeiro	2	2	469	458	471	460
IBNR	698	587	11	9	709	596
Insuficiência de Prêmios	287	273	-	-	287	273
Insuficiência de Contribuição	-	-	670	602	670	602
Matemática Para Resgates	-	-	-	-	-	-
Contingência de Sorteio	-	-	-	-	-	-
Outras	20	7	182	198	202	205
TOTAL	**6.104**	**5.527**	**56.676**	**51.337**	**62.780**	**56.864**

d) Despesa de Comercialização Diferida

As despesas de comercializações diferidas, basicamente, estão representadas pelas comissões retidas diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, conforme normas de cálculos vigentes. Abaixo segue a movimentação de saldos de despesas com comissões diferidas:

	Seguro
Saldo em 01/01/2011	**447**
Aquisições do Período	372
Amortizações do Período	(82)
Saldo em 30/06/2011	**737**
Saldo a amortizar até 12 meses	737
Saldo a amortizar após 12 meses	-

Saldo em 01/01/2010	**472**
Aquisições do Período	1.418
Amortizações do Período	(1.443)
Saldo em 31/12/2010	**447**
Saldo a amortizar até 12 meses	447
Saldo a amortizar após 12 meses	-

A Circular Susep 424/2011, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros foram reclassificados de outros ativos para outros passivos. Esses valores estão expressos no item k) Resseguro.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 30/06/2011.

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados								
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros								2.411
Operações DPVAT								282
Resseguro, Retrocessão e Outras Estimativas								269
Total da Provisão								**2.962**
Data de Ocorrência	**30/06/2005**	**30/06/2006**	**30/06/2007**	**30/06/2008**	**30/06/2009**	**30/06/2010**	**30/06/2011**	**Total**
No final do ano de divulgação	876	1.812	1.210	2.096	1.438	1.734	1.709	
1 ano depois	876	1.804	1.235	2.236	1.517	1.729	-	
2 anos depois	914	1.800	1.278	2.180	1.477	-	-	
3 anos depois	886	1.917	1.267	2.159	-	-	-	
4 anos depois	904	1.885	1.262	-	-	-	-	
5 anos depois	902	1.878	-	-	-	-	-	
6 anos depois	891	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	891	1.878	1.262	2.159	1.477	1.729	1.709	11.105
Pagamentos acumulados até a data base	820	1.796	1.178	2.009	1.266	1.237	703	9.009
Passivo reconhecido no balanço	71	82	84	150	211	492	1.006	2.096
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								315
Total do passivo incluso no balanço								**2.411**

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R$ 24 mm nas provisões técnicas. O complemento requerido foi realizado em alguns planos tradicionais de previdência privada em fase de acumulação, representando apenas 0,6% de acréscimo nas provisões técnicas destes planos. Foram efetuados testes de sensibilidade nas estimativas correntes com variação positiva e negativa de 0,1% na taxa de juros livre de risco. O cenário com variação negativa de 0,1% apontou a necessidade de um complemento de R$ 9,5 mm. O cenário com variação positiva de 0,1% apontou R$ 15 mm.

As Premissas utilizadas foram:

a) Taxa de juros livre de risco: obtida da curva de juros extrapolada dos títulos públicos, considerados sem risco de crédito, disponíveis no mercado financeiro brasileiro;

b) Mortalidade, cancelamento, resgates parciais e conversões em renda são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representa as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;

c) Os critérios de agrupamento são baseados em homogeneidade de riscos.

g) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme exemplo abaixo:

	30/06/2011			30/06/2010		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS	1.710	1.294	75,7	1.562	1.164	74,5
PESSOAS	1.290	1.281	99,3	1.353	1.344	99,3

h) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- **Controle Centralizado do Risco de Subscrição**

  O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

  A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

i) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpre a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição;
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição;
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos;
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de “Asset Liability Management” para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

j) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

- Seguros

  Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hegde contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

  Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

- Previdência

  Nos produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

  No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

  É utilizado “Asset Liability Management” para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 29% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody´s	Baa3
AM Best	B+

k) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo as necessidades atuais da companhia mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Movimentação das Operações com Resseguradoras	Créditos		Débitos	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**176**	**254**	**107**	**302**
Contratos Emitidos	-	-	402	561
Sinistros Recuperados	11	30	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(9)	(83)	(241)	(754)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(5)	(3)
Outras Constituições / Reversões	3	(25)	-	-
Saldo Final	**181**	**176**	**263**	**106**

Movimentação das Provisões Técnicas com Resseguros	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**1.185**	**886**
Sinistros Avisados	307	714
Sinistros Pagos	(267)	(391)
Outras Constituições / Reversões	18	(25)
Saldo Final	**1.243**	**1.184**

Movimentação de Resseguro Diferido	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	**330**	**456**
Prêmios Diferidos	94	(126)
Comissões Diferidos	(6)	-
Saldo Final	**418**	**330**

l) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 (revogada pela LC 109/01), suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

m) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	107.389	107.389	95.948	95.948
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.281	15.286	14.835	14.843
Aplicações no Mercado Aberto	96.126	96.126	88.682	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	115.857	115.857	115.497	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	204	204	306	306
Derivativos (*)	9.616	9.616	7.777	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	40.096	40.096	44.539	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.141	3.707	3.170	3.774
Operações de Crédito	295.599	295.707	275.493	275.684
Outros Ativos Financeiros	37.700	37.700	40.733	40.733
Passivos Financeiros				
Depósitos	208.914	208.930	202.688	202.608
Captação no Mercado Aberto	197.864	197.864	199.657	199.657
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	727	727	1.335	1.335
Derivativos (*)	6.805	6.805	5.671	5.671
Recursos de Mercados Interbancários	73.328	73.255	62.599	62.542
Recursos de Mercados Institucionais	49.852	49.621	44.513	44.419
Passivos de Planos de Capitalização	2.767	2.767	2.603	2.603
Outros Passivos Financeiros	36.575	36.575	41.012	41.012
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial				
Cartas de Crédito em Aberto (standby)	595	459	756	425
Garantias Prestadas	42.549	126	37.618	112

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.

b) **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) **Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;

- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).

- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (á vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, que é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados –** O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos/passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Nota 7. Consulte as Notas 7 e 30 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a freqüência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos

semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Investimentos: Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O Itaú Unibanco Holding não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, o Itaú Unibanco Holding usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o Itaú Unibanco Holding estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo Itaú Unibanco Holding são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o Itaú Unibanco Holding acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2011 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**98.954**	**16.311**	**592**	**115.857**	**100.445**	**14.893**	**159**	**115.497**
Fundos de investimento	-	1.319	-	**1.319**	-	1.748	-	**1.748**
Títulos públicos do governo brasileiro	90.738	210	-	**90.948**	86.422	277	-	**86.699**
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	1.668	-	-	**1.668**	666	-	-	**666**
Títulos públicos - outros países	**1.421**	**88**	**-**	**1.509**	**9.036**	**317**	**-**	**9.353**
Argentina	207	-	-	**207**	293	-	-	**293**
Estados Unidos	1.122	-	-	**1.122**	8.714	-	-	**8.714**
México	92	-	-	**92**	29	-	-	**29**
Chile	-	66	-	**66**	-	248	-	**248**
Uruguai	-	15	-	**15**	-	24	-	**24**
Rússia	-	-	-	**-**	-	45	-	**45**
Outros	-	7	-	**7**	-	-	-	**-**
Títulos de empresas	**5.127**	**14.694**	**592**	**20.413**	**4.321**	**12.551**	**159**	**17.031**
Ações negociáveis	2.653	50	-	**2.703**	3.208	40	-	**3.248**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	33	591	**624**	-	439	157	**596**
Certificado de Depósito Bancário	-	9.117	-	**9.117**	-	8.932	-	**8.932**
Debêntures	2.474	860	-	**3.334**	1.112	1.688	-	**2.800**
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.570	-	**1.570**	-	1.452	-	**1.452**
Notas Promissórias	-	-	12	**12**	-	-	-	**-**
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	3.064	(11)	**3.053**	1	-	2	**3**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**13.821**	**24.854**	**1.421**	**40.096**	**18.898**	**23.994**	**1.647**	**44.539**
Fundos de investimento	-	722	-	**722**	-	770	-	**770**
Títulos públicos do governo brasileiro	6.197	4	301	**6.502**	9.753	6	320	**10.079**
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	3.335	-	-	**3.335**	4.720	-	-	**4.720**
Títulos públicos - outros países	**167**	**5.701**	**-**	**5.868**	**679**	**3.880**	**-**	**4.559**
Estados Unidos	15	-	-	**15**	679	-	-	**679**
Mexico	152	-	-	**152**	-	-	-	**-**
Dinamarca	-	3.270	-	**3.270**	-	2.016	-	**2.016**
Espanha	-	782	-	**782**	-	734	-	**734**
Coréia	-	295	-	**295**	-	236	-	**236**
Chile	-	580	-	**580**	-	453	-	**453**
Paraguai	-	387	-	**387**	-	256	-	**256**
Uruguai	-	373	-	**373**	-	185	-	**185**
Outros	-	14	-	**14**	-	-	-	**-**
Títulos de empresas	**4.122**	**18.427**	**1.120**	**23.669**	**3.746**	**19.338**	**1.327**	**24.411**
Ações negociáveis	1.557	2.629	241	**4.427**	624	4.500	-	**5.124**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.173	42	**7.215**	-	6.913	62	**6.975**
Certificado de Depósito Bancário	-	525	-	**525**	-	559	-	**559**
Debêntures	2.565	4.043	-	**6.608**	3.122	3.512	-	**6.634**
Euro Bonds e Assemelhados	-	3.919	-	**3.919**	-	3.843	-	**3.843**
Notas Promissórias	-	-	673	**673**	-	-	1.265	**1.265**
Outros	-	138	164	**302**	-	11	-	**11**
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	**-**	**204**	**-**	**204**	**-**	**306**	**-**	**306**
Títulos públicos do governo brasileiro	-	204	-	204	-	306	-	306
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	**-**	**(727)**	**-**	**(727)**	**-**	**(1.335)**	**-**	**(1.335)**
Notas Estruturadas	-	(727)	-	(727)	-	(1.335)	-	(1.335)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2011 e 2010 para nossos Passivos de Derivativos.

	30/06/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	**21**	**9.113**	**482**	**9.616**	**-**	**7.292**	**485**	**7.777**
Opções	-	1.865	43	**1.908**	-	1.696	56	**1.752**
Termo	-	3.185	-	**3.185**	-	2.096	-	**2.096**
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.489	17	**3.506**	-	2.932	5	**2.937**
Derivativos de Crédito	-	377	203	**580**	-	-	261	**261**
Futuros	21	(4)	(5)	**12**	-	-	-	**-**
Outros Derivativos	-	201	224	**425**	-	568	163	**731**
Derivativos - Passivo	**-**	**(6.549)**	**(256)**	**(6.805)**	**(46)**	**(5.290)**	**(335)**	**(5.671)**
Opções	-	(1.558)	(155)	**(1.713)**	-	(1.899)	(188)	**(2.087)**
Termo	-	(2.622)	-	**(2.622)**	-	(1.191)	-	**(1.191)**
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.160)	(12)	**(2.172)**	-	(2.007)	(6)	**(2.013)**
Derivativos de Crédito	-	(7)	(89)	**(96)**	-	(10)	(119)	**(129)**
Futuros	-	-	-	**-**	(46)	-	(9)	**(55)**
Outros Derivativos	-	(202)	-	**(202)**	-	(183)	(13)	**(196)**

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo Itaú Unibanco Holding no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**159**	**29**	**1.134**	**(730)**	**-**	**592**	**1**
Títulos de empresas	**159**	**29**	**1.134**	**(730)**	**-**	**592**	**1**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	27	562	(155)	-	591	1
Notas Promissórias	-	1	409	(398)	-	12	-
Outros	2	1	163	(177)	-	(11)	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**1.647**	**130**	**2.323**	**(2.600)**	**(79)**	**1.421**	**(124)**
Títulos públicos do governo brasileiro	320	7	38	(64)	-	301	(7)
Títulos de empresas	**1.327**	**123**	**2.285**	**(2.536)**	**(79)**	**1.120**	**(117)**
Ações Negociáveis	-	14	227	-	-	241	14
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	56	1.106	(1.103)	**(79)**	42	(131)
Notas Promissórias	1.265	50	791	(1.433)	-	673	-
Outros	-	3	161	-	-	164	-

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/06/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	**485**	**(469)**	**688**	**(222)**	**-**	**482**	**(34)**
Opções	56	5	27	(45)	-	43	13
Swaps - Diferencial a Receber	5	4	2	6	-	17	-
Derivativos de Crédito	261	21	104	(183)	-	203	13
Futuros	-	-	(5)	-	-	(5)	(4)
Outros Derivativos	163	(499)	560	-	-	224	(56)
Derivativos - Passivo	**(335)**	**80**	**(157)**	**156**	**-**	**(256)**	**59**
Opções	(188)	20	(152)	165	-	(155)	49
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	5	-	(11)	-	(12)	(5)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	(20)	-	(89)	15
Futuros	(9)	-	-	9	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a *swaps plain-vanilla* ilíquidos e de títulos cujo os vencimentos são superiores as curvas verificadas no mercado.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2011 e 2010.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

NOTA 31 – CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- **Ações Cíveis**

  Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

  Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

  As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

  A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no STJ recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

  Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 772, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- **Ações Trabalhistas**

  Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

  Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

  As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

- **Outros Riscos**

  São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/06/2011			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**2.974**	**3.986**	**173**	**7.133**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	(309)	(1.113)	-	(1.422)
Subtotal	**2.665**	**2.873**	**173**	**5.711**
Atualização/Encargos	51	52	-	103
Movimentação do Período Refletida no Resultado	674	395	(11)	1.058
Constituição (*)	879	477	3	1.359
Reversão	(205)	(82)	(14)	(301)
Pagamento	(554)	(328)	-	(882)
Subtotal	**2.836**	**2.992**	**162**	**5.990**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	224	1.090	-	1.314
Saldo Final	**3.059**	**4.082**	**162**	**7.304**
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2011	**1.770**	**1.609**	**-**	**3.379**

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R$ 265.

	01/01 a 30/06/2010			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**2.394**	**3.156**	**184**	**5.734**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	(99)	(573)		(672)
Subtotal	**2.295**	**2.583**	**184**	**5.062**
Atualização/Encargos	64	40		104
Movimentação do Período Refletida no Resultado	659	235	11	905
Constituição	759	265	11	1.035
Reversão	(100)	(30)		(130)
Pagamento	(470)	(146)		(616)
Subtotal	**2.548**	**2.712**	**195**	**5.455**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4)	120	568		688
Saldo Final	**2.668**	**3.280**	**195**	**6.143**
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2010	**1.339**	**1.548**	**-**	**2.887**

- **Ações Fiscais e Previdenciárias**

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	**5.091**	**2.165**	**7.256**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização		(44)	(44)
Subtotal	**5.091**	**2.121**	**7.212**
Atualização/Encargos	251	29	280
Movimentação do Período Refletida no Resultado	**302**	**175**	**477**
Constituição	327	208	535
Reversão	(25)	(33)	(58)
Pagamento	(9)	(34)	(43)
Subtotal	**5.635**	**2.291**	**7.926**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização		12	12
Saldo Final (Notas 13c e 14c) (*)	**5.635**	**2.304**	**7.939**

(*) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures, representados por Obrigação Legal no montante de R$ 2.

Provisões	01/01 a 30/06/2010		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	**6.280**	**1.439**	**7.719**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização		(35)	(35)
Subtotal	**6.280**	**1.404**	**7.684**
Atualização/Encargos	155	19	174
Movimentação do Período Refletida no Resultado	**9**	**97**	**106**
Constituição	353	227	580
Reversão (**)	(344)	(130)	(474)
Pagamento (**)	(1.888)	(54)	(1.942)
Subtotal	**4.556**	**1.466**	**6.022**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	45	45
Saldo Final (Notas 13c e 14c)	**4.556**	**1.511**	**6.067**

(**) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718 de 27/11/1998.

Depósitos em Garantias	01/01 a 30/06/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	**3.661**	**1.022**	**4.683**
Apropriação de Rendas	160	56	216
Movimentação do Período	44	90	134
Depositados	71	92	163
Levantamentos Efetuados	(19)	(1)	(20)
Conversão em Renda	(8)	(1)	(9)
Saldo Final	**3.865**	**1.167**	**5.032**

Depósitos em Garantias	01/01 a 30/06/2010		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial	**3.439**	**1.638**	**5.077**
Saldo Oriundo da Aquisição Porto Seguro	-	-	-
Apropriação de Rendas	101	33	134
Movimentação do Período	46	(929)	(883)
Depositados	49	143	192
Levantamentos Efetuados	-	(1.072)	(1.072)
Conversão em Renda	(3)	-	(3)
Saldo Final	**3.585**	**743**	**4.328**

As principais discussões relativas as Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R$ 2.567: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 1.004.

- CSLL - Isonomia – R$ 1.076: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 211.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R$ 475: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 475.

- PIS – R$ 374 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 99.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 5.138, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R$ 843: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

- INSS - Verbas não Remuneratórias – R$ 658: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.

- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R$ 519: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.

- ISS Atividades Bancárias – R$ 519: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R$ 363: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R$ 343: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R$ 1.663 (R$ 1.784 em 31/12/2010) (Nota 19a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados nos montantes abaixo:

	30/06/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.535	1.516
Depósitos em Garantia	3.339	3.292

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

NOTA 32 – CAPITAL - REGULATÓRIO

O Itaú Unibanco Holding está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.

- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada País determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e

- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo Itaú Unibanco Holding, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período nós cumprimos todos os requerimentos mínimos de capital aos quais estamos sujeitos.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	30/06/2011		31/12/2010	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	**Consolidação integral**	**Instituições financeiras (consolidação parcial)**	**Consolidação integral**
Capital Regulamentar				
Nível 1	65.619	67.327	60.192	62.240
Nível 2	17.482	17.482	18.652	18.652
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(92)	(92)	(173)	(173)
Total	**83.009**	**84.717**	**78.671**	**80.719**
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	53.318	52.942	50.979	53.442
De Mercado	1.365	1.335	997	954
Operacional	3.073	3.435	2.746	3.129
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	**57.756**	**57.712**	**54.722**	**57.525**
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	**25.253**	**27.005**	**23.949**	**23.194**
Exposição Ponderada pelo Risco	525.054	524.654	497.468	522.952
Indice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	**15,8**	**16,1**	**15,8**	**15,4**

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal
Euronotes subordinado	2º semestre de 2001	agosto de 2011	10,00%	457
Euronotes subordinado	agosto de 2001	agosto de 2011	4,25%	625
CDB subordinado	março de 2007	abril de 2012	103,5% do CDI	3.913
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2012	104% do CDI	1.301
CDB subordinado	julho de 2007	julho de 2012	CDI + 0,38%	422
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2012	CDI + 0,38%	200
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,31%	161
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	IGPM + 7,35%	130
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	103,8% do CDI	93
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2012	CDI + 0,45%	400
CDB subordinado	novembro de 2007	novembro de 2012	CDI + 0,35%	2
CDB subordinado	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102,5% do CDI	200
CDB subordinado	janeiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	153
CDB subordinado	fevereiro de 2008	fevereiro de 2013	CDI + 0,50%	999
CDB subordinado	1° trimestre de 2008	1° trimestre de 2013	CDI + 0,60%	634
CDB subordinado	2° trimestre de 2008	2° trimestre de 2013	106% do CDI	29
CDB subordinado	2° trimestre de 2008	2° trimestre de 2013	107% do CDI	19
CDB subordinado	novembro de 2003	novembro de 2013	102% do CDI	40
CDB subordinado	maio de 2007	maio de 2014	CDI + 0,35%	1.805
CDB subordinado	agosto de 2007	agosto de 2014	CDI + 0,46%	50
CDB subordinado	outubro de 2007	outubro de 2014	IGPM + 7,35%	33
CDB subordinado	novembro de 2008	outubro de 2014	112% do CDI	1.000
CDB subordinado	dezembro de 2007	dezembro de 2014	CDI + 0,60%	10
Ações Preferenciais	dezembro de 2002	março de 2015	3,04%	1.389
CDB subordinado	janeiro de 2010	novembro de 2015	113% do CDI	50
CDB subordinado	3° trimestre de 2008	3° trimestre de 2015	119,8% do CDI	400
CDB subordinado	janeiro de 2010	janeiro de 2016	114% do CDI	500
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	110% do CDI	28
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	111% do CDI	33
CDB subordinado	1º trimestre 2010	1º trimestre 2016	113% do CDI	2.103
CDB subordinado	março de 2010	março de 2016	IPCA + 7,33%	123
Letra Financeira Subordinada	agosto de 2010	agosto de 2016	100% do CDI + 1,36%	365
Letra Financeira Subordinada	agosto de 2010	agosto de 2016	112% do CDI	1
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2016	112,5% do CDI	16
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2016	112% do CDI	50
Letra Financeira Subordinada	3° trimestre de 2010	3° trimestre de 2016	112% do CDI	1.858
CDB subordinado (1)	dezembro de 2006	dezembro de 2016	CDI + 0,47%	466
Letra Financeira Subordinada	dezembro de 2010	dezembro de 2016	100% do IPCA + 7,00%	30
CDB subordinado	março de 2010	março de 2017	IPCA + 7,45%	367
Letra Financeira Subordinada	março de 2011	março de 2017	112% do CDI	1.145
Letra Financeira Subordinada	março de 2011	março de 2017	100% do CDI + 1,52%	856
Letra Financeira Subordinada	março de 2011	março de 2017	100% do CDI + 1,45%	186
Letra Financeira Subordinada	março de 2011	março de 2017	100% do CDI + 1,52%	352
Letra Financeira Subordinada	março de 2011	março de 2017	100% do IPCA + 7,71%	63
Letra Financeira Subordinada	abril de 2011	março de 2017	100% do CDI + 1,52%	51
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,2%	160
Letra Financeira Subordinada	setembro de 2010	setembro de 2017	100% do IPCA + 7,0%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,95%	20
Letra Financeira Subordinada	outubro de 2010	outubro de 2017	100% do IPCA + 6,97%	6
Letra Financeira Subordinada	fevereiro de 2011	fevereiro de 2018	100% do IGPM + 7,00%	42
Euronotes subordinado	abril de 2010	abril de 2020	6,20%	1.731
Euronotes subordinado	setembro de 2010	janeiro de 2021	5,75%	1.694
Euronotes subordinado	janeiro de 2011	janeiro de 2021	5,75%	402
Eurobonds -Perpetual Non-cumulative Junior Subordinated Securities (2)	julho de 2005	indeterminado	8,70%	1.195

(1) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011;

(2) A dívida pode ser resgatada integralmente, somente por opção do emissor, a partir de 29 de julho de 2010 ou em cada pagamento subsequente.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Nossos quatro segmentos operacionais e de reporte são: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Corporação e Tesouraria.

Somos uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros. Nossos atuais segmentos de negócio são os descritos abaixo:

- **Itaú Unibanco - Banco Comercial**

  Nosso segmento Banco Comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com alto patrimônio (private bank), pequenas empresas e empresas de médio porte.

  Os produtos e serviços prestados pelo Banco Comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender a demanda de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, buscamos constantemente ampliar o número de produtos utilizados pelos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de funding para as nossas operações e geram significativas receitas financeiras e de prestação de serviços bancários.

- **Itaú Unibanco - Itaú BBA**

  Nosso segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pela atuação como banco de investimento é denominado Itaú BBA. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

- **Itaú Unibanco - Crédito ao Consumidor**

  O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento de nossa estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas. Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para cliente não correntista e a oferta de crédito para população de baixa renda. A estrutura de negócios da operação de financiamento de veículos está apoiada em: Veículos Novos, Veículos Usados, Veículos Pesados e Motos. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos nossos clientes, valendo-se da Internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

- **Itaú Unibanco – Corporação e Tesouraria**

  Nosso segmento Corporação e Tesouraria apresenta fundamentalmente o resultado financeiro associado ao nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros. Nesta segmento, apresentamos também os resultados dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração do Itaú Unibanco Holding utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotados no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento de impactos relacionados à alocação de capital aos segmentos, por meio de um modelo proprietário, e (ii) apresenta a margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Os principais ajustes são:

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por “funding” a preços de mercado, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos diferentes segmentos, baseadas no capital Nível 1, segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foi alocado ao segmento corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1 (Tier 1). O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem Financeira

Adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançarmos essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Nós não utilizamos o método “hedge accounting” na contabilização desses derivativos, e sim, a avaliação pelo valor justo com ganhos e perdas refletidos no resultado.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados. Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, nós utilizamos a demonstração de resultado gerencial para a preparação da informação por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as políticas contábeis adotados no Brasil. Reclassificamos os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais estão considerados nas linhas de despesas tributárias (PIS e Cofins) e de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, na demonstração do resultado contábil.

Além disso, a margem financeira gerencial possui para cada operação, alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Na coluna de ajustes e reclassificações, apresentamos os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizados na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
De 01/04 a 30 de junho de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**11.635**	**1.726**	**3.669**	**963**	**17.985**	**1.218**	**19.203**
Margem Financeira (1)	7.613	1.194	2.239	895	11.939	624	12.563
Receita de Prestação de Serviços	2.567	574	1.463	69	4.672	43	4.715
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.323	-	(44)	-	1.279	345	1.624
Outras Receitas	133	(43)	12	-	95	206	301
Perdas com Créditos e Sinistros	**(2.912)**	**(64)**	**(1.108)**	**(34)**	**(4.118)**	**(428)**	**(4.546)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.579)	(87)	(1.409)	(32)	(5.107)	(419)	(5.526)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.071	23	301	(2)	1.393	(11)	1.382
Despesas com Sinistros	(403)	-	-	-	(403)	1	(402)
Margem Operacional	**8.724**	**1.662**	**2.561**	**929**	**13.867**	**790**	**14.657**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(6.045)**	**(769)**	**(2.172)**	**(105)**	**(9.090)**	**(1.138)**	**(10.228)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(5.432)	(679)	(1.922)	(253)	(8.287)	(627)	(8.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(642)	(90)	(250)	-	(983)	(135)	(1.118)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(21)	1	-	116	96	(292)	(196)
Outros Resultados	51	-	-	33	84	(84)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.679**	**893**	**389**	**825**	**4.777**	**(348)**	**4.429**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(881)	(299)	(65)	(5)	(1.250)	325	(925)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(220)	(210)	28	(182)
LUCRO LÍQUIDO	**1.798**	**595**	**324**	**600**	**3.317**	**5**	**3.322**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 12.187, receita de dividendos R$ 131, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ (321) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 566.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 287 e de amortização de R$ 245.

Ativo Total [(1)]	**546.741**	**179.420**	**96.998**	**78.854**	**792.500**	**(31.984)**	**760.516**
Passivo Total	**520.885**	**169.936**	**87.387**	**54.413**	**723.108**	**(33.655)**	**689.453**
[(1)] Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.778	332	671	-	4.781	74	4.855
Intangível, Líquido	2.117	316	691	-	3.124	-	3.124

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
De 01/04 a 30 de junho de 2010
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado - 2º Trim./10	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**9.878**	**1.560**	**3.845**	**1.006**	**16.278**	**1.164**	**17.442**
Margem Financeira (1)	6.441	1.108	2.353	844	10.748	545	11.293
Receita de Prestação de Serviços	2.267	487	1.430	34	4.204	42	4.246
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.145	-	51	(2)	1.194	338	1.532
Outras Receitas	25	(36)	11	131	132	239	371
Perdas com Créditos e Sinistros	**(2.207)**	**(156)**	**(1.022)**	**(4)**	**(3.389)**	**(160)**	**(3.549)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.482)	(278)	(1.191)	(4)	(3.955)	(192)	(4.147)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	661	122	169	-	952	10	962
Despesas com Sinistros	(386)	-	-	-	(386)	22	(364)
Margem Operacional	**7.672**	**1.404**	**2.823**	**1.003**	**12.889**	**1.004**	**13.893**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(5.550)**	**(645)**	**(1.881)**	**(206)**	**(8.280)**	**(1.277)**	**(9.557)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(4.966)	(567)	(1.654)	(238)	(7.424)	(1.259)	(8.683)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(571)	(90)	(227)	(54)	(942)	9	(933)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(2)	1	-	86	86	(27)	59
Outros Resultados	(11)	11	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.122**	**758**	**942**	**797**	**4.608**	**(272)**	**4.336**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(628)	(166)	(278)	(6)	(1.078)	(46)	(1.124)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(242)	(232)	25	(207)
LUCRO LÍQUIDO	**1.494**	**592**	**664**	**548**	**3.298**	**(293)**	**3.005**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 10.945, receita de dividendos R$ 76, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ 71 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 201.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 305 e de amortização de R$ 235.

Ativo Total [(1)]	**469.579**	**180.947**	**79.177**	**53.122**	**647.485**	**(16.688)**	**630.797**
Passivo Total	**452.056**	**169.060**	**71.801**	**31.232**	**588.812**	**(21.815)**	**566.997**
[(1)] Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.282	214	725	-	4.221	74	4.295
Intangível, Líquido	2.688	13	650	-	3.351	(31)	3.320

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
De 01/01 a 30 de junho de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**23.497**	**3.377**	**7.183**	**1.497**	**35.529**	**2.401**	**37.930**
Margem Financeira (1)	15.640	2.345	4.318	1.369	23.663	1.139	24.802
Receita de Prestação de Serviços	5.090	1.084	2.839	128	9.140	22	9.162
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.493	-	10	-	2.503	716	3.219
Outras Receitas	274	(52)	16	-	223	524	747
Perdas com Créditos e Sinistros	**(5.032)**	**(77)**	**(2.006)**	**(577)**	**(7.693)**	**(166)**	**(7.858)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.126)	(169)	(2.617)	(575)	(9.487)	(148)	(9.635)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.899	92	611	(2)	2.600	(19)	2.581
Despesas com Sinistros	(805)	-	-	-	(805)	1	(804)
Margem Operacional	**18.465**	**3.300**	**5.177**	**920**	**27.836**	**2.235**	**30.072**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(12.192)**	**(1.411)**	**(4.207)**	**(42)**	**(17.854)**	**(2.413)**	**(20.267)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(10.898)	(1.258)	(3.721)	(379)	(16.256)	(1.730)	(17.986)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(1.287)	(187)	(486)	44	(1.918)	(232)	(2.150)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	(68)	1	-	260	193	(324)	(131)
Outros Resultados	61	33	-	33	127	(127)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.273**	**1.889**	**970**	**878**	**9.982**	**(178)**	**9.805**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.144)	(629)	(221)	355	(2.638)	(34)	(2.672)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(415)	(389)	51	(338)
LUCRO LÍQUIDO	**4.129**	**1.260**	**749**	**818**	**6.955**	**(161)**	**6.795**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 23.648, receita de dividendos R$ 202, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ (30) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 982.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 569 e de amortização de R$ 486.

Ativo Total (1)	**546.741**	**179.420**	**96.998**	**78.854**	**792.500**	**(31.984)**	**760.516**
Passivo Total	**520.885**	**169.936**	**87.387**	**54.413**	**723.108**	**(33.655)**	**689.453**
(1) Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.778	332	671	-	4.781	74	4.855
Intangível, Líquido	2.117	316	691	-	3.124	-	3.124

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de junho de 2010
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	CORPORAÇÃO + TESOURARIA	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	**19.522**	**2.959**	**7.647**	**1.871**	**31.978**	**2.333**	**34.311**
Margem Financeira (1)	12.509	2.099	4.684	1.681	20.970	787	21.757
Receita de Prestação de Serviços	4.462	924	2.795	65	8.228	42	8.270
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.338	1	126	(5)	2.459	700	3.159
Outras Receitas	213	(65)	42	130	321	804	1.125
Perdas com Créditos e Sinistros	**(4.566)**	**(160)**	**(2.103)**	**(3)**	**(6.833)**	**(537)**	**(7.370)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.011)	(380)	(2.370)	(3)	(7.765)	(569)	(8.334)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.298	220	267	-	1.785	10	1.795
Despesas com Sinistros	(853)	-	-	-	(853)	22	(831)
Margem Operacional	**14.956**	**2.799**	**5.544**	**1.868**	**25.145**	**1.796**	**26.941**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(10.720)**	**(1.250)**	**(3.635)**	**(231)**	**(15.829)**	**(2.416)**	**(18.245)**
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(9.671)	(1.073)	(3.179)	(348)	(14.265)	(2.273)	(16.538)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(1.074)	(182)	(457)	(68)	(1.780)	(64)	(1.844)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido e Participação em Coligadas	17	1	-	178	196	(59)	137
Outros Resultados	8	4	1	7	20	(20)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.236**	**1.549**	**1.909**	**1.637**	**9.316**	**(620)**	**8.696**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.235)	(388)	(566)	(207)	(2.395)	200	(2.195)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	4	-	-	(473)	(454)	45	(409)
LUCRO LÍQUIDO	**3.005**	**1.161**	**1.343**	**957**	**6.467**	**(375)**	**6.092**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 20.354, receita de dividendos R$ 165, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R$ 375 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 863.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 552 e de amortização de R$ 478.

Ativo Total (1)	**469.579**	**180.947**	**79.177**	**53.122**	**647.485**	**(16.688)**	**630.797**
Passivo Total	**452.056**	**169.060**	**71.801**	**31.232**	**588.812**	**(21.815)**	**566.997**
(1) Inclui:							
Imobilizado, Líquido	3.282	214	725	-	4.221	74	4.295
Intangível, Líquido	2.688	13	650	-	3.351	(31)	3.320

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo segue informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/04 a 30/06/2011			01/04 a 30/06/2010		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Receitas da Intermediação Financeira(*)	23.256	1.363	24.619	16.477	2.756	19.233

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

	01/01 a 30/06/2011			01/01 a 30/06/2010		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Receitas da Intermediação Financeira(*)	45.296	2.564	47.860	34.395	3.594	37.989
Ativos não Correntes	7.430	549	7.979	7.456	590	8.046

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- A ITAÚSA, controladora em conjunto do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, seus controladores e suas controladas não financeiras, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;

- A Fundação Itaubanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaubank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas; e

- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;

- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A..

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)			
	30/06/2011	31/12/2010	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.738**	**756**	**46**	**-**	**88**	**-**
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	491	427	13	-	25	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	335	282	9	-	16	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	912	-	24	-	47	-
Outras	-	47	-	-	-	-
Depósitos	**(6)**	**(93)**	**-**	**-**	**(1)**	**-**
Duratex S.A.	-	(46)	-	-	-	-
Elekeiroz S.A.	-	(31)	-	-	-	-
Itautec S.A.	-	(8)	-	-	-	-
Porto Seguro S.A.	-	(2)	-	-	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(5)	(5)	-	-	(1)	-
Outras	(1)	(1)	-	-	-	-
Operações Compromissadas	**(97)**	**(94)**	**-**	**-**	**(5)**	**(2)**
Itaúsa Empreendimentos S.A.	(56)	(52)	-	-	-	(1)
Duratex S.A.	(6)	(8)	-	-	(1)	-
Elekeiroz S.A.	-	-	-	-	(1)	(1)
Itautec S.A.	(10)	(18)	-	-	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda.	(8)	(6)	-	-	-	-
Facilita Promotora S.A.	(7)	-	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	(3)	-	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	(7)	(9)	-	-	(1)	-
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	(2)	-
Outras	-	(1)	-	-	-	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	**(130)**	**(108)**	**-**	**-**	**-**	**136**
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	136
Porto Seguro S.A.	(1)	-	-	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(2)	-	-	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1)	-	-	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	(14)	-	-	-	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG	(10)	-	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	(3)	(13)	-	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	(19)	(17)	-	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	(81)	(79)	-	-	-	-
Outras	1	1	-	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	**-**	**-**	**6**	**4**	**25**	**10**
Fundação Itaubanco	-	-	5	4	10	6
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	1	-	2	1
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	1	-
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	11	-
Outras	-	-	-	-	1	3
Receitas (Despesas) com Aluguéis	**-**	**-**	**(9)**	**(7)**	**(19)**	**(15)**
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	-	(1)	-
Fundação Itaubanco	-	-	(7)	(6)	(13)	(12)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(2)	(1)	(4)	(3)
Outras	-	-	-	-	(1)	-
Despesas com Doações	**-**	**-**	**(13)**	**(11)**	**(27)**	**(21)**
Instituto Itaú Cultural	-	-	(13)	(11)	(27)	(21)
Despesas de Processamento de Dados	**-**	**-**	**(73)**	**(68)**	**(147)**	**(136)**
Itautec S.A.	-	-	(73)	(68)	(147)	(136)
Outras Receitas	-	-	**-**	**-**	**48**	**-**
Itaúsa	-	-	-	-	48	-

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R$ 5 (R$ 9 de 01/01 a 30/06/2010) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;

b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou

c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Remuneração	**81**	**69**	**157**	**125**
Conselho de Administração	1	1	3	2
Administradores	80	68	154	123
Participações no Lucro	**72**	**53**	**107**	**117**
Conselho de Administração	-	-	1	3
Administradores	72	53	106	114
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	**1**	**(2)**	**4**	**1**
Conselho de Administração	-	-	-	-
Administradores	1	(2)	4	1
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	**37**	**29**	**69**	**56**
Total	**191**	**149**	**337**	**299**

O Itaú Unibanco Holding fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade, apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso o Itaú Unibanco é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e preservação da herança cultural brasileira.

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme Resolução n° 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de escore continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1 Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior 25,95%
Impairment	Operações Corporate c/PD maior a 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basiléia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2 Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding controla a exposição e a concentração de risco de crédito por setor de atividade econômica, região geográfica, tipo de produtos e outras variáveis que considera relevantes, através do estabelecimento de limites máximos de exposição considerados aceitáveis, e do monitoramento de indicadores de alerta, tais como indicadores de atraso e de consumo de limite. Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

Além disso, o grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando de forma ativa para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exeqüível e é regularmente reavaliada.

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (“standby”) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de aprovisionamento

A política de aprovisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basiléia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	30/06/2011			31/12/2010		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.931	10.349	15.281	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	94.586	1.540	96.126	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	110.100	5.757	115.857	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1	204	204	-	306	306
Derivativos	6.524	3.092	9.616	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.684	31.412	40.096	19.602	24.937	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.526	616	3.141	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	272.300	45.197	317.497	241.479	54.008	295.487
Off Balance	235.229	9.587	244.816	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	41.281	1.863	43.144	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	6.798	-	6.798	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	187.150	7.724	194.874	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	9.862	-	9.862	9.064	-	9.064
Cheque Especial	86.915	-	86.915	82.299	-	82.299
Cartão de Credito	83.906	562	84.468	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré Aprovados	6.467	7.162	13.629	6.427	4.688	11.115
Total	**734.881**	**107.753**	**842.634**	**677.987**	**114.342**	**792.329**

A tabela apresenta a exposição máxima em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias prestadas (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco Holding pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;

- somente 7,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e

- 4,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/06/2011	%	31/12/2010	%
Setor Público	1.570	0,49%	1.138	0,39%
Indústria e Comércio	92.303	29,06%	84.997	28,77%
Serviços	63.302	19,94%	60.295	20,41%
Setor Primário	13.946	4,39%	13.933	4,72%
Pessoa Física	143.478	45,19%	132.939	44,99%
Outros Setores	2.898	0,91%	2.185	0,74%
Total	**317.497**	**100,00%**	**295.487**	**100,00%**

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2011	%	31/12/2010	%
Setor Primário	1.102	0,39%	581	0,21%
Setor Público	115.502	41,21%	85.058	30,99%
Indústria e Comércio	16.602	5,92%	5.614	2,05%
Serviços	33.693	12,02%	72.491	26,41%
Outros Setores	1.972	0,70%	7.218	2,63%
Pessoa Física	43	0,02%	21	0,01%
Financeiras	111.407	39,74%	103.517	37,70%
Total	**280.321**	**100,00%**	**274.500**	**100,00%**

(*) Inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos “Off Balance” (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos, créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2011				31/12/2010			
	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	207.466	3.983	-	211.449	196.638	4.346	-	200.984
Médio	56.468	10.378	-	66.846	52.561	8.053	-	60.614
Alto	15.384	8.254	-	23.638	13.663	6.348	-	20.011
Impairment	333	-	15.231	15.564	749	-	13.129	13.878
Total	**279.651**	**22.615**	**15.231**	**317.497**	**263.611**	**18.747**	**13.129**	**295.487**
%	**88,1%**	**7,1%**	**4,8%**	**100,0%**	**89,2%**	**6,3%**	**4,4%**	**100%**

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseado nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2011					31/12/2010				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	**67.872**	**47.169**	**12.430**	**8.790**	**136.261**	**66.192**	**41.080**	**10.057**	**8.086**	**125.415**
Cartão de Crédito	16.824	12.005	3.051	2.675	34.555	15.538	12.142	2.950	2.411	33.041
Crédito Pessoal	6.303	15.164	6.165	2.488	30.120	10.282	7.001	4.203	2.195	23.681
Veículos	34.777	19.233	3.106	3.486	60.602	32.797	21.666	2.849	3.315	60.627
Crédito Imobiliário	9.968	767	108	141	10.984	7.575	271	55	165	8.066
Grandes Empresas	**77.330**	**2.073**	**264**	**847**	**80.514**	**73.051**	**2.505**	**143**	**884**	**76.583**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**51.628**	**17.605**	**10.944**	**5.842**	**86.019**	**48.254**	**17.029**	**9.811**	**4.856**	**79.950**
Unidades Externas América Latina	**14.618**	**-**	**-**	**85**	**14.703**	**13.487**	**-**	**-**	**52**	**13.539**
Total	**211.448**	**66.847**	**23.638**	**15.564**	**317.497**	**200.984**	**60.614**	**20.011**	**13.878**	**295.487**
%	**66,6%**	**21,1%**	**7,4%**	**4,9%**	**100,0%**	**68,0%**	**20,5%**	**6,8%**	**4,7%**	**100,0%**

6.1.1 As operações de crédito, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	30/06/2011				31/12/2010			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	**11.142**	**3.900**	**1.894**	**16.936**	**9.235**	**3.280**	**1.571**	**14.086**
Cartão de Crédito	1.142	414	406	1.962	872	352	325	**1.549**
Crédito Pessoal	1.560	691	470	2.721	1.227	507	330	**2.064**
Veículos	8.148	2.683	957	11.788	6.851	2.331	872	**10.054**
Crédito Imobiliário	292	112	61	465	285	90	44	**419**
Grandes Empresas	**445**	**202**	**122**	**769**	**377**	**55**	**44**	**476**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**3.134**	**1.321**	**979**	**5.434**	**2.275**	**1.114**	**710**	**4.099**
Unidades Externas América Latina	**308**	**38**	**18**	**364**	**770**	**31**	**15**	**816**
Total	**15.029**	**5.461**	**3.013**	**23.503**	**12.657**	**4.480**	**2.340**	**19.477**

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2011						
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	111.407	112.830	204	6.247	20.734	3.134	254.556
Médio	-	2.935	-	3.301	19.362	7	25.605
Alto	-	92	-	68	-	-	160
Total	**111.407**	**115.857**	**204**	**9.616**	**40.096**	**3.141**	**280.321**
%	**39,7%**	**41,3%**	**0,1%**	**3,4%**	**14,3%**	**1,1%**	**100,0%**

Classificação Interna	31/12/2010						
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	103.517	107.798	-	5.140	22.055	3.163	241.673
Médio	-	7.564	-	2.577	22.428	7	32.576
Alto	-	135	-	60	56	-	251
Total	**103.517**	**115.497**	**-**	**7.777**	**44.539**	**3.170**	**274.500**
%	**37,7%**	**42,1%**	**0,0%**	**2,8%**	**16,2%**	**1,2%**	**100,0%**

Os ativos financeiros que estão vencidos sem evento de perda ou individualmente vencidos com evento de perda estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Em relação a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R$ 11.997 (R$ 9.032 em 31/12/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A Política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30 de junho de 2011 e 2010:

	01/04 a 30/06/2011	01/04 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2011	01/01 a 30/06/2010
Imóveis Não de Uso	2	1	3	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	8	4	17	4
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	28	3	61
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	1	-	-	-
Total	**12**	**33**	**23**	**66**

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itau-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo Itaú Unibanco baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite de risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (trading) e carteira de não-negociação (banking). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta segregação.

A carteira trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira banking é formada pelas operações não classificadas na carteira trading. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

A instituição realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de mercado relevantes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destes hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge e das demais alterações no processo contábil.

As exposições a risco de mercado dos produtos, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
    - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
    - Taxas dos cupons de índices de preços;
    - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Taxas de Câmbio: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial e taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Mercadorias (Commodities): risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pelo Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Os limites de risco são divididos em superiores e internos, sendo os primeiros monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores, e os segundos definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados nestas, respeitando os limites superiores previamente estabelecidos. Ambos os limites são controlados diariamente.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (banking).

Adicionalmente às medidas de risco, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Gaps: exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (Stop Loss): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação (trading) pode atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela a seguir demonstra o VaR Global Consolidado, abrangendo as carteiras do Itaú Unibanco, Banco Itaú BBA *International*, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai e Banco Itaú Paraguai. As carteiras do Itaú Unibanco são segregadas por fator de risco.

O consolidado Itaú Unibanco Holding S. A., mantendo sua gestão conservadora e diversificação do portfólio, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital e, neste trimestre, protegeu ainda mais sua exposição pré-fixada, reduzindo seu VaR Global Total quando comparado com o final de 2010.

Podemos observar que a diversificação dos riscos das unidades de negócios é significativa, permitindo ao conglomerado manter uma exposição total ao risco de mercado reduzida quando comparada a seu capital. Neste período, o VaR Global médio foi de R$ 123,0 milhões ou 0,19% do patrimônio total (em todo o ano de 2010 foi de R$ 109,4 milhões ou 0,16%).

VaR Global (*)					
	Média	**Mínimo(**)**	**Máximo(**)**	**30/06/2011**	**31/12/2010**
Fator de Risco	**(em milhões de R$)**				
Taxa de Juros					
Pré-fixado	53,1	5,3	76,0	6,1	77,8
TR	29,9	17,1	54,8	20,3	28,4
Cupom Cambial	20,3	8,6	53,1	24,0	13,0
Índices de Inflação	13,9	2,5	24,5	9,8	18,6
Títulos Privados e Soberanos no Exterior	4,7	2,1	12,4	12,3	4,3
Juros Externos	5,7	1,0	28,3	1,8	15,1
Commodities					
Commodities	19,0	4,4	42,2	16,2	18,5
Taxa de Câmbio					
Variação Cambial - Outras Moedas	7,6	2,2	16,6	4,7	5,7
Variação Cambial - Dólar	9,6	0,0	23,7	9,2	9,7
Ações					
Renda Variável	16,5	5,8	26,1	6,9	14,4
Outros					
Outros	4,1	1,8	8,4	4,0	2,4
Unidades Externas					
Itaú BBA *International*	2,5	0,6	5,4	0,7	0,6
Itaú Argentina	2,3	1,3	3,7	2,6	1,6
Itaú Chile	4,2	1,9	7,5	1,9	3,3
Itaú Uruguai	0,3	0,1	0,7	0,2	0,2
Itaú Paraguai	0,5	0,1	1,3	1,1	0,9
Efeito de diversificação				(42,7)	(82,8)
Total	**123,0**	**71,9**	**161,0**	**78,9**	**131,9**

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados devido a diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (*)

	30/06/2011						31/12/2010
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Ativos Remunerados	**211.254**	**151.210**	**64.474**	**182.616**	**80.103**	**689.657**	**656.069**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.627	3.598	1.667	350	39	15.281	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	37.382	46.920	1.051	6.482	4.291	96.126	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	91.839	-	-	-	-	91.839	85.776
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	16.325	4.607	8.689	49.970	36.266	115.857	115.497
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do	-	-	-	-	204	204	306
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.692	4.810	3.743	8.227	16.624	40.096	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	82	48	72	202	2.737	3.141	3.170
Derivativos	1.372	4.237	1.029	1.508	1.470	9.616	7.777
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	47.935	86.990	48.223	115.877	18.472	317.497	295.487
Passivos Remunerados	**180.678**	**62.460**	**49.034**	**145.190**	**78.432**	**515.794**	**493.529**
Depósitos de Poupança	60.009	-	-	-	-	60.009	57.900
Depósitos a Prazo	22.656	24.979	12.300	32.891	28.814	121.640	116.416
Depósitos Interfinanceiros	906	1.344	228	296	28	2.802	1.929
Depósitos para Investimentos	-	-	-	-	-	-	906
Mercado Aberto	86.820	9.859	12.373	73.063	15.749	197.864	199.657
Mercado Interbancário	4.291	20.525	13.072	25.519	9.921	73.328	62.599
Mercado Institucional	1.844	2.980	10.203	11.904	22.921	49.852	44.513
Derivativos	658	2.773	858	1.517	999	6.805	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	727	-	-	-	-	727	1.335
Passivos de Planos de Capitalização	2.767	-	-	-	-	2.767	2.603
Diferença ativo/passivo	30.576	88.750	15.440	37.426	1.671	173.863	162.540
Diferença Acumulada	**30.576**	**88.750**	**15.440**	**37.426**	**1.671**	**173.863**	**162.540**
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	4,4%	12,9%	2,2%	5,4%	0,2%	25,2%	24,8%

(*) Prazos contratuais remanescentes

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

	30/06/2011				
ATIVO	**Dólar**	**Euro**	**Iene**	**Outros**	**Total**
Disponibilidades	3.656	149	52	1.564	5.420
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	48	-	1.180	1.228
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.264	487	1	596	10.349
Aplicações em Mercado Aberto	1.329	-	-	211	1.540
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.959	689	-	109	5.757
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	204	-	-	204
Derivativos	2.692	304	-	96	3.092
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.887	507	-	2.018	31.412
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	616	-	-	-	616
Operações de Crédito, líquida	29.222	4.277	2.350	9.348	45.197
TOTAL DO ATIVO	**80.624**	**6.666**	**2.404**	**15.122**	**104.816**

	30/06/2011				
PASSIVO	**Dólar**	**Euro**	**Iene**	**Outros**	**Total**
Depósitos	26.999	1.573	281	14.130	42.983
Captações no Mercado Aberto	6.543	-	-	323	6.866
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	-	753	753
Derivativos	2.300	319	-	94	2.712
Recursos de Mercados Interbancários	25.290	715	2	1.511	27.518
Recursos de Mercados Institucionais	36.612	3.130	-	139	39.881
TOTAL DO PASSIVO	**97.742**	**5.737**	**284**	**16.949**	**120.712**
POSIÇÃO LIQUÍDA	**(17.118)**	**930**	**2.120**	**(1.828)**	**(15.896)**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 09 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

	31/12/2010				
ATIVO	**Dólar**	**Euro**	**Iene**	**Outros**	**Total**
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.781	54.008
TOTAL DO ATIVO	**79.327**	**8.172**	**2.641**	**22.875**	**113.015**

	31/12/2010				
PASSIVO	**Dólar**	**Euro**	**Iene**	**Outros**	**Total**
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
TOTAL DO PASSIVO	**90.982**	**4.934**	**275**	**16.503**	**112.694**
POSIÇÃO LIQUÍDA	**(11.655)**	**3.238**	**2.366**	**6.372**	**321**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 09 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding S.A. possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R$ 381,2 bilhões de reais no segundo trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos - 30,6% do total, ou R$ 116,6 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2011			31/12/2010	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	108.033	208.914	54,8	202.688	55,9
Recursos à Vista	24.463	24.463	6,4	25.349	7,0
Recursos de Poupança	60.008	60.008	15,7	57.900	16,0
Recursos a Prazo	22.656	121.641	31,9	116.416	32,1
Outros Recursos	905	2.802	0,7	3.023	0,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.515	32.297	8,5	24.304	6,7
Recursos de Emissão Própria (2)	4.994	102.180	26,8	101.278	27,9
Dívida Subordinada	61	37.827	9,9	34.487	9,5
Total	**116.603**	**381.218**		**362.757**	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o segundo trimestre de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R$ 63,6 bilhões e representavam 54,6% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 16,7% do total de recursos e 13,2% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	**%**
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	54,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	16,7
Ativos Líquidos / Ativos Totais	13,2

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados.

R$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	**30/06/2011**				**31/12/2010**
PASSIVO	**0 - 30**	**31 - 365**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Total**
Depósitos	**105.044**	**45.574**	**73.183**	**223.801**	**225.333**
Depósito a Vista	24.463	-	-	24.463	25.532
Depósito Poupança	60.008	-	-	60.008	57.900
Depósito a Prazo	19.657	43.939	72.856	136.453	138.911
Depósito Interfinanceiros	916	1.634	327	2.877	2.084
Outros Depósitos	-	-	-	-	906
Captações no Mercado Aberto (1)	**86.719**	**23.562**	**123.742**	**234.023**	**214.503**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	**3.527**	**15.079**	**17.419**	**36.025**	**27.358**
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	**3.031**	**24.936**	**33.014**	**60.982**	**56.392**
Dívidas Subordinadas (4)	**846**	**10.148**	**42.705**	**53.699**	**46.262**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**661**	**3.632**	**2.594**	**6.887**	**5.671**
	199.829	**122.932**	**292.657**	**615.417**	**575.519**

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbanários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

NOTA 36 – OPERAÇÃO COM O CARREFOUR

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.